

CIBEC/INEP



B0014440

ANOS
1937-1997

QUEM É
E O QUE PENSA
O GRADUANDO
1996

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

DAES

Diretoria de Avaliação e
Acesso ao Ensino Superior

378.18
Q3q
Ex.2

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Presidente da República
Federativa do Brasil**
Fernando Henrique Cardoso

**Ministro da Educação
e do Desporto**
Paulo Renato Souza

Secretário Executivo
Luciano Oliva Patrício

**Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais**

Presidente
Maria Helena Guimarães de Castro

**Diretoria de Avaliação
e Acesso ao Ensino Superior**
Jocimar Archangelo

**QUEM E
E O QUE PENSA
O GRADUANDO
1996**

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Equipe técnica:

Ana Maria de Góis Rodrigues
Cláudia Nalon
Giovanni Silva Paiva
Lúcia Helena Pulcherio de Medeiros
Margareth Reis Dantas
Orlando Pilati
Sheila Carvalho Lira
Tancredo Maia Filho

Consultora:

Maria das Graças Rua,
Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ e Professora do
Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília

Equipe de apoio:

Francisca de Fátima Silva Pereira
Vera Lúcia Maria da Silva

Copidesque e revisão:

Ana Maria Vasconcellos Dagnino Falcão
Ângela de Assis Ferreira Vilas Boas

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Quem é e o que pensa o graduando, 1996: Direito. Brasília: o Instituto, 1997.

58 p. : il. ; tabs. + anexos.

1. Graduação em Direito - Avaliação - Brasil. I. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. II. Título.

CDU 37(047)

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos dos cursos de Direito em 1996. Foi elaborado com base nos questionários que integraram a aplicação do primeiro Exame Nacional de Cursos e assim deve ser entendido: como parte fundamental da prova realizada. Ouvir, registrar e analisar a voz dos alunos é imprescindível na construção do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

A percepção do alunado acerca da experiência obtida com a vivência acadêmica é fator tão importante de análise quanto as habilidades e os conteúdos avaliados nas provas. É a vivência acadêmica que o credencia a expressar opiniões sobre a qualidade do curso que acabou de concluir, as condições de infra-estrutura que defrontou, os professores com quem conviveu e suas expectativas para o futuro.

Os dados colhidos guardam certo grau de subjetividade mas trazem revelações importantes quando mostram, por exemplo, que mais da metade dos graduandos pensa que "o curso deveria ter exigido mais dele".

É importante, ainda, conhecer a expectativa de futuro profissional desses graduandos, que, em grande número, demonstram interesse pelos cursos de pós-graduação ou, ainda, pelos de atualização e aperfeiçoamento, respondendo assim à demanda da sociedade contemporânea pela competência no trabalho.

As informações contidas neste relatório seguramente contribuirão para aprofundar o debate, oferecendo subsídios preciosos para a promoção contínua da melhoria da qualidade da educação superior no Brasil.

PAULO RENATO SOUZA
Ministro da Educação e do Desporto

Sumário

Apresentação.....	5
Introdução.....	9
Perfil Socioeconômico e Cultural.....	9
PARTE I - Traços Característicos dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996.....	11
1. Características Socioeconômicas dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996.....	13
2. Ambiente Sociocultural dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996.....	16
3. Características das Instituições onde Estudaram os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996.....	18
4. Indicadores de Qualidade dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996.....	21
5. Perspectivas.....	24
PARTE II - Os Cursos de Direito no Brasil e as Instituições de Ensino Superior.....	27
ANEXO I - Variações dos Atributos, por Dependência e Natureza das Instituições.....	35
Cursos de Direito - Região Norte.....	37
Cursos de Direito - Região Nordeste.....	40
Cursos de Direito - Região Sudeste.....	43
Cursos de Direito - Região Sul.....	46
Cursos de Direito - Região Centro-Oeste.....	49
ANEXO II - Questionário Socioeconômico e Cultural.....	53

Introdução

Este documento apresenta a distribuição das frequências obtida com base nas respostas de 26.029 graduandos dos cursos de Direito no Brasil ao questionário socioeconômico e cultural que integrou o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) em 1996. Consideram-se graduandos os alunos que, na ocasião do ENC, se encontravam na fase conclusiva do curso de graduação.

O objetivo deste estudo é traçar um perfil socioeconômico e atitudinal dos graduandos desses cursos, contemplando um variado leque de questões que incluem indicadores objetivos, como estado civil, renda, escolaridade dos pais e tamanho da família. São exploradas, também, apreciações subjetivas acerca dos recursos e serviços das instituições de ensino nas quais os alunos estavam matriculados, avaliações de desempenho dos professores e do nível de exigência do curso, além de expectativas para o futuro e várias outras.

Estes dados representam importante instrumento de referência para atividades de avaliação institucional, planejamento e organização de esforços em busca da melhoria da qualidade dos cursos. Para atender a essa finalidade, o relatório está organizado em duas partes.

Na primeira, são apresentados e comentados os atributos objetivos e as apreciações subjetivas dessa parcela do corpo discente dos cursos de Direito. O foco recaiu sobre os dados agregados do Brasil, embora as tabelas mostrem também os dados de cada região geopolítica. Essa estratégia foi adotada em virtude da constatação de que existe, efetivamente, um perfil nacional dos cursos. Ou seja, os dados não indicaram assimetrias acentuadas entre as regiões, embora possam ser assinaladas diferenças regionais em tópicos específicos.

Na segunda parte, são apresentados dados cruzados do total dos cursos de Direito no Brasil, por tipo de instituição de ensino, segundo a sua dependência e a sua natureza. Esses dados permitem examinar as variações no perfil dos graduandos de Direito, conforme sejam as instituições: federais, estaduais, municipais, particulares, universidades, faculdades integradas ou faculdades isoladas.

Por uma questão de fidedignidade, optou-se por apresentar os resultados integrais das respostas a cada uma das variáveis, inclusive as respostas invalidadas, que aparecem sob a indicação "SI", correspondente a "Sem Informação".

Perfil Socioeconômico e Cultural

As informações contidas neste relatório permitem distinguir uma série de características das populações de graduandos dos cursos analisados, bem como esclarecer uma série de questões acerca do ensino superior - ainda que apenas nesses cursos - em torno das quais o debate apresentava poucos fundamentos em dados objetivos.

O perfil dos graduandos dos cursos pode ser sumarizado nos seguintes termos: estudantes majoritariamente solteiros, sem filhos, que residiam predominantemente com os pais ou parentes. Eram minoria os que se dedicavam exclusivamente aos estudos, sendo que a maior parte trabalhava em horário parcial ou cumpria jornadas semanais integrais de trabalho. A renda familiar mensal da maioria situou-se, predominantemente, nas faixas médias, sendo reduzidos os percentuais dos que auferiam menos de R\$1.100,00 ou mais de R\$ 5.500,00 ao mês. Uma boa parcela possuía transporte próprio, variando entre pouco mais de um terço e pouco menos da metade do total de estudantes. Surpreende, por indicar a rapidez com que a tecnologia da informática parece ter sido incorporada, o fato de uma numerosa parcela dispor de microcomputador em ambiente doméstico, em alguns casos excedendo a metade da população.

Independentemente do tipo de instituição, foram mais numerosos os graduandos que cursaram o segundo grau em escolas privadas. A maioria originou-se de famílias cujos pais e mães não realizaram estudos superiores, sendo que grande parcela deles nem sequer chegou ao segundo grau.

Os dados analisados sugerem algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, não existem efetivas disparidades de renda entre os estudantes finalistas em diferentes tipos de instituição: a maioria dos que estavam para concluir os cursos superiores situou-se pelo menos no limite inferior das faixas médias de

Introdução

Este documento apresenta a distribuição das frequências obtida com base nas respostas de 26.029 graduandos dos cursos de Direito no Brasil ao questionário socioeconômico e cultural que integrou o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) em 1996. Consideram-se graduandos os alunos que, na ocasião do ENC, se encontravam na fase conclusiva do curso de graduação.

O objetivo deste estudo é traçar um perfil socioeconômico e atitudinal dos graduandos desses cursos, contemplando um variado leque de questões que incluem indicadores objetivos, como estado civil, renda, escolaridade dos pais e tamanho da família. São exploradas, também, apreciações subjetivas acerca dos recursos e serviços das instituições de ensino nas quais os alunos estavam matriculados, avaliações de desempenho dos professores e do nível de exigência do curso, além de expectativas para o futuro e várias outras.

Estes dados representam importante instrumento de referência para atividades de avaliação institucional, planejamento e organização de esforços em busca da melhoria da qualidade dos cursos. Para atender a essa finalidade, o relatório está organizado em duas partes.

Na primeira, são apresentados e comentados os atributos objetivos e as apreciações subjetivas dessa parcela do corpo discente dos cursos de Direito. O foco recaiu sobre os dados agregados do Brasil, embora as tabelas mostrem também os dados de cada região geopolítica. Essa estratégia foi adotada em virtude da constatação de que existe, efetivamente, um perfil nacional dos cursos. Ou seja, os dados não indicaram assimetrias acentuadas entre as regiões, embora possam ser assinaladas diferenças regionais em tópicos específicos.

Na segunda parte, são apresentados dados cruzados do total dos cursos de Direito no Brasil, por tipo de instituição de ensino, segundo a sua dependência e a sua natureza. Esses dados permitem examinar as variações no perfil dos graduandos de Direito, conforme sejam as instituições: federais, estaduais, municipais, particulares, universidades, faculdades integradas ou faculdades isoladas.

Por uma questão de fidedignidade, optou-se por apresentar os resultados integrais das respostas a cada uma das variáveis, inclusive as respostas invalidadas, que aparecem sob a indicação "SI", correspondente a "Sem Informação".

Perfil Socioeconômico e Cultural

As informações contidas neste relatório permitem distinguir uma série de características das populações de graduandos dos cursos analisados, bem como esclarecer uma série de questões acerca do ensino superior - ainda que apenas nesses cursos - em torno das quais o debate apresentava poucos fundamentos em dados objetivos.

O perfil dos graduandos dos cursos pode ser sumarizado nos seguintes termos: estudantes majoritariamente solteiros, sem filhos, que residiam predominantemente com os pais ou parentes. Eram minoria os que se dedicavam exclusivamente aos estudos, sendo que a maior parte trabalhava em horário parcial ou cumpria jornadas semanais integrais de trabalho. A renda familiar mensal da maioria situou-se, predominantemente, nas faixas médias, sendo reduzidos os percentuais dos que auferiam menos de R\$1.100,00 ou mais de R\$ 5.500,00 ao mês. Uma boa parcela possuía transporte próprio, variando entre pouco mais de um terço e pouco menos da metade do total de estudantes. Surpreende, por indicar a rapidez com que a tecnologia da informática parece ter sido incorporada, o fato de uma numerosa parcela dispor de microcomputador em ambiente doméstico, em alguns casos excedendo a metade da população.

Independentemente do tipo de instituição, foram mais numerosos os graduandos que cursaram o segundo grau em escolas privadas. A maioria originou-se de famílias cujos pais e mães não realizaram estudos superiores, sendo que grande parcela deles nem sequer chegou ao segundo grau.

Os dados analisados sugerem algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, não existem efetivas disparidades de renda entre os estudantes finalistas em diferentes tipos de instituição: a maioria dos que estavam para concluir os cursos superiores situou-se pelo menos no limite inferior das faixas médias de

renda. Na realidade, aqueles que dispunham de renda muito baixa ou muito alta não chegaram a compor percentuais significativos.

Em segundo lugar, com base no exame da relação entre o tipo de escola onde foi cursado o segundo grau e o tipo de instituição onde os estudantes estavam concluindo o curso superior, as evidências desautorizam a suposição de que os alunos provenientes de famílias com renda e ambiente cultural privilegiados concluiriam o segundo grau em escolas privadas e teriam vantagens no ingresso nos cursos superiores em instituições públicas, enquanto uma trajetória inversa estaria reservada aos graduandos de situação socioeconômica e cultural mais modesta.

Em terceiro, os dados indicam, inequivocamente, que vem ocorrendo no Brasil um acentuado processo de mudança social - possivelmente envolvendo valores e atitudes quanto ao leque de oportunidades e projetos profissionais, e não apenas ascensão social -, a partir da mobilidade educacional intergeracional, que tem como resultado a ampliação da capacitação profissional em nível superior. Todavia, a qualidade dessa capacitação - que é um elemento decisivo da empregabilidade - parece deixar a desejar em muitos aspectos, conforme se observa pelos indicadores de qualidade dos cursos.

De fato, conforme as percepções dos graduandos, em todos os tipos de instituição de ensino superior os recursos disponíveis - acervo da biblioteca, microcomputadores para uso dos estudantes, laboratórios para aulas práticas - e os serviços - de orientação pedagógica e psicológica, médicos e odontológicos - mostram-se extremamente precários. A maioria dos estudantes finalistas declarou que as atividades acadêmicas, em geral, estão restritas às aulas dos cursos, havendo pouco desenvolvimento de atividades acadêmicas não-obrigatórias. Os percentuais de graduandos que declararam desenvolver atividades extraclasse também são baixos, destacando-se o reduzido contingente que se dedicava ao estudo de línguas estrangeiras - essencial aos profissionais de nível superior no mundo contemporâneo. Além disso, generalizadamente, o universo cultural descrito por esses estudantes aparenta ser bastante modesto, com baixos índices de leitura de livros não-escolares e proporções apenas medianas de leitura diária de jornais.

Quanto às avaliações de desempenho dos professores, os resultados, majoritariamente favoráveis à primeira vista, não resistem a um exame mais detido: em geral, entre um quarto e pouco menos da metade dos estudantes apresenta ressalvas. Essas se concentram particularmente na didática utilizada nas aulas e na metodologia de avaliação adotada. Essa metodologia constitui um aspecto efetivamente crítico, segundo a opinião dos que estão para concluir os seus cursos de graduação. Vale indagar se existiria alguma relação entre a avaliação e o fato de a maioria dos graduandos ter afirmado que os seus cursos poderiam ter exigido mais deles próprios.

Sugestivamente, são relativamente baixas as proporções de estudantes que consideraram como a maior contribuição do seu curso o aperfeiçoamento profissional somado à formação teórica, variando entre pouco mais da metade e cerca de um terço. Em contrapartida, constata-se percentuais geralmente superiores a três quartos dos graduandos que indicaram o desenvolvimento das capacidades e habilidades pessoais com base na experiência acadêmica.

Apesar de os graduandos dos três cursos avaliados exibirem perfil homogêneo, os de Direito vivenciaram a menor disponibilidade de microcomputadores - 10,2% - e um acervo plenamente satisfatório na biblioteca (18,9%). No curso de Direito, observou-se, ainda, que a habilidade de trabalhar em equipe foi assinalada por um número menor de estudantes do que as demais capacidades e habilidades.

Finalmente, as opiniões dos alunos lançaram dúvidas sobre as supostas clivagens de qualidade do ensino e de recursos e serviços entre instituições públicas e privadas. Em algumas dimensões, as opiniões dos graduandos das instituições públicas mostraram-se mais severas que as dos que estudavam nas IES particulares. Em outros aspectos, as diferenças recaem entre as apreciações dos que estavam concluindo o curso nas instituições federais e estaduais, de um lado, e nas municipais, de outro. Ou entre universidades, faculdades integradas e faculdades isoladas, variando conforme a dimensão focalizada. Esse resultado sugere não haver um padrão definitivamente estabelecido a partir da natureza e da dependência das instituições. Entretanto, como ocorre com todos os dados baseados nas apreciações humanas, também esses contêm a sua parcela de subjetividade, além de certamente envolverem significativas variações quanto aos parâmetros de exigência dos próprios informantes.

PARTE I
TRAÇOS
CARACTERÍSTICOS
DOS GRADUANDOS
DOS CURSOS DE
DIREITO
NO BRASIL, EM 1996

1. Características Socioeconômicas dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996

Em todo o Brasil, com pequenas variações percentuais entre as regiões geopolíticas, os graduandos dos cursos de Direito eram majoritariamente solteiros (62.5%). Entre os que tinham outro estado civil, predominaram os casados (25.9%).

Suas famílias de origem exibiam uma composição que variou entre um (22.2%) e quatro irmãos ou mais (23.7%), sendo mais numerosos, entretanto, os que tinham apenas dois irmãos (29.0%). Além disso, a maioria desses estudantes não tinha filhos (68.8%). Cabe ressaltar que nas Regiões Norte e Nordeste predominam alunos pertencentes a famílias mais numerosas, o que indica prevalência do modelo tradicional familiar nessas regiões.

Tabela 1
Estado Civil dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Solteiro	Casado	Separado	Divorciado	Outros	SI	Total (N)
Brasil	62.5	25.9	3.1	2.5	2.3	3.7	25659
Centro-Oeste	56.7	30.8	3.7	2.9	3.4	2.5	1484
Nordeste	55.0	30.3	3.3	3.5	3.0	4.9	1662
Norte	53.5	32.0	3.6	2.4	4.4	3.9	611
Sudeste	64.3	24.6	3.1	2.4	2.1	3.4	18168
Sul	60.1	27.0	2.7	2.3	2.7	5.0	3734

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tabela 2
Número de Irmãos dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhum	Um	Dois	Três	Quatro, ou mais	SI	Total (N)
Brasil	6.5	22.2	29.0	14.9	23.7	3.7	25771
Centro-Oeste	5.2	14.0	29.0	17.6	21.7	2.5	1484
Nordeste	5.6	15.0	25.4	17.1	32.0	4.9	1671
Norte	4.4	12.3	22.6	12.9	43.7	3.9	609
Sudeste	6.9	24.1	29.4	14.6	21.6	3.4	18246
Sul	5.5	21.4	29.5	14.6	23.9	4.9	3761

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tabela 3
Número de Filhos dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhum	Um	Dois	Três	Quatro ou mais	SI	Total (N)
Brasil	68.8	11.8	9.7	4.4	1.6	3.7	25783
Centro-Oeste	62.3	11.8	14.0	7.5	1.9	2.5	1485
Nordeste	60.5	14.2	10.6	6.8	3.0	4.9	1663
Norte	56.8	15.5	13.8	7.5	2.4	3.9	614
Sudeste	70.6	11.6	9.2	3.8	1.4	3.4	18260
Sul	67.8	11.6	9.5	4.3	1.7	4.9	3761

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Predominaram, entre eles, os que residiam junto com o grupo familiar, seja com os pais ou parentes (60.0%), ou com a esposa e os filhos (22.9%).

Tabela 4
Situação de Moradia durante o Curso entre os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Pais ou parentes	Esposa e filhos	Amigos	Alojamento universitário	Sozinho	SI	Total (N)
Brasil	60.0	22.9	6.4	0.5	6.5	3.7	25808
Centro-Oeste	55.6	29.0	4.0	0.8	8.1	2.5	1491
Nordeste	58.6	26.2	4.1	0.8	5.4	4.9	1671
Norte	53.3	31.0	4.1	0.8	6.7	3.9	608
Sudeste	62.1	21.7	6.6	0.4	5.7	3.4	18276
Sul	52.8	23.8	7.4	0.7	10.2	4.5	3762

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Entre os graduandos, o grupo mais numeroso (30.0%) possuía renda familiar mensal entre R\$ 2.201,00 e R\$ 5.500,00. Logo em seguida situou-se o grupo que auferia entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.200,00 ao mês (27.7%). Menos de um quinto dessa população correspondia aos que não ultrapassaram a faixa dos R\$ 1.100,00 (19.8%) ou àqueles com renda superior a R\$ 5.501,00 mensais (15.9%).

Tabela 5
Renda Familiar Mensal dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Até R\$ 350,00	De R\$ 351,00 a R\$ 1.100,00	De R\$ 1.101,00 a R\$ 2.200,00	De R\$ 2.201,00 a R\$ 5.500,00	R\$5.501,00 ou mais	SI	Total (N)
Brasil	2.9	19.8	27.7	30.0	15.9	3.7	25703
Centro-Oeste	3.6	19.6	26.0	29.8	18.5	2.5	1482
Nordeste	5.2	21.5	26.5	27.6	14.3	4.9	1647
Norte	5.6	22.3	27.7	25.5	14.5	3.9	606
Sudeste	2.5	19.0	28.0	30.7	16.3	3.4	18218
Sul	3.6	22.4	27.5	27.6	13.8	4.1	3750

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Parte da explicação para essa distribuição de renda talvez esteja no fato de que a maioria (77.7%) contribuía para o orçamento familiar. Parcela expressiva dos graduandos de Direito (41.5%) trabalhava jornadas integrais de 40 horas semanais de atividade remunerada, seguidos pelos que perfaziam entre 20 e 40 horas (22.2%) e pelos que completavam jornadas semanais de até 20 horas (14.0%).

Tabela 6
Número de Horas Semanais de Trabalho Remunerado, durante os Estudos, entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não trabalhavam	Até 20 horas	Entre 20 e 40 horas	40 horas ou mais	SI	Total (N)
Brasil	18.6	14.0	22.2	41.5	3.7	25454
Centro-Oeste	16.0	14.3	25.9	41.3	2.5	1466
Nordeste	23.6	18.6	23.4	29.4	5.0	1642
Norte	17.3	18.2	26.0	34.5	4.0	600
Sudeste	18.7	13.2	21.8	42.8	3.4	18032
Sul	17.1	14.9	21.5	41.3	5.0	3714

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Cerca de um terço desses estudantes desfrutava de um padrão de vida bastante confortável, sendo que 37.2% dispunham do poder aquisitivo necessário para possuir transporte próprio (carro ou motocicleta) e 43.6% contavam com microcomputador em ambiente doméstico.

Tabela 7
Tipo de Transporte Utilizado pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Próprio	Dos pais	Carona	Coletivo	Outro	SI	Total (N)
Brasil	37.2	9.0	5.1	39.0	6.0	3.7	25824
Centro-Oeste	55.4	12.2	5.4	20.8	3.7	2.5	1490
Nordeste	43.2	14.3	5.6	28.1	3.9	4.9	1669
Norte	42.3	8.6	5.2	36.4	3.6	3.9	615
Sudeste	35.2	8.3	4.8	42.0	6.2	3.4	18285
Sul	36.1	8.8	6.6	35.9	7.6	4.9	3765

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tabela 8
Disponibilidade de Microcomputadores em Ambiente Doméstico entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Sim	Não	SI	Total (N)
Brasil	43.6	52.7	9.7	25654
Centro-Oeste	38.6	58.9	2.5	1480
Nordeste	39.4	55.7	4.9	1644
Norte	35.0	61.0	4.0	600
Sudeste	44.6	52.0	3.4	18181
Sul	44.1	51.0	4.9	3749

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Coerentemente com o perfil dos rendimentos e demais indicadores do poder aquisitivo dos estudantes, o número dos que recorreram e obtiveram bolsas de estudo para custear as despesas do curso é bastante reduzido: quase 20% em todo o País.

Entre as fontes de financiamento registradas, destacaram-se o crédito educativo (5.6%) e a concessão de bolsas parciais pelas próprias instituições (9.6%) nas quais os alunos estavam matriculados. Observou-se o reduzido número de fontes externas de financiamento, como empresas, entidades de apoio ao estudante, etc. (2.9%).

Tabela 9
Tipos de Bolsas de Estudo Obtidas para Custeio das Despesas do Curso entre os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não tiveram	Crédito educativo	Integral, da instituição	Parcial, da instituição	Externa	SI	Total (N)
Brasil	76.5	5.6	1.7	9.6	2.9	3.7	25841
Centro-Oeste	78.0	9.9	1.0	7.0	1.6	2.5	1488
Nordeste	78.0	9.8	1.2	4.0	2.1	4.9	1672
Norte	81.2	7.5	2.0	3.2	2.1	3.9	614
Sudeste	76.3	4.2	2.0	11.1	2.9	3.4	18298
Sul	74.9	8.9	0.9	6.3	3.8	4.9	3769

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Os dados indicaram, ainda, que a maior parte desses estudantes cursou o 2º grau em instituições particulares de ensino. De fato, além de 45.0% terem realizado integralmente os estudos secundários nesse tipo de instituição, 9.7% realizaram a maior parte do 2º grau nas instituições privadas.

Tabela 10
Ensino de Segundo Grau por Tipo de Instituição entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Todo público	Todo privado	Mais público	Mais privado	SI	Total (N)
Brasil	31.3	45.0	10.3	9.7	3.7	25794
Centro-Oeste	26.7	48.5	11.3	11.0	2.5	1489
Nordeste	17.6	61.0	7.5	9.0	4.9	1662
Norte	30.5	43.5	12.0	10.0	3.9	609
Sudeste	32.8	43.6	10.4	9.8	3.4	18268
Sul	32.0	42.9	10.7	9.4	4.9	3766

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96

Sob outro ângulo, predominaram os estudantes provenientes de cursos regulares de 2º grau (58.3%). Cerca de um quinto dos estudantes (21.0%) realizou cursos técnicos de 2º grau, mas é bem reduzido o percentual dos que fizeram cursos de magistério (8.1%) ou supletivo (6.2%).

Tabela 11

Tipo de Curso de Segundo Grau Cursado pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Regular	Técnico	Magistério	Supletivo	Outro	SI	Total(N)
Brasil	58.3	21.0	8.1	6.2	2.7	3.7	25829
Centro-Oeste	58.3	21.3	6.9	7.4	3.6	2.5	1482
Nordeste	70.5	13.0	4.8	2.7	3.7	4.9	1668
Norte	57.6	21.2	8.2	4.9	4.0	3.9	616
Sudeste	58.2	21.3	8.4	6.4	2.2	3.4	18293
Sul	53.3	23.4	8.2	6.4	3.7	4.9	3770

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

2. Ambiente Sociocultural dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996

A maioria desses estudantes, em todo o Brasil, veio de famílias cujos pais não possuem educação superior. Efetivamente, 62.7% dos pais e 71.8% das mães desses estudantes não realizaram estudos superiores.

Tabela 12

Escolaridade dos Pais dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhuma	1º grau incompleto*	1º grau completo**	2º grau	Superior	SI	Total (N)
Brasil	3.5	28.0	13.2	18.0	33.6	3.7	25804
Centro-Oeste	5.7	28.5	12.4	15.4	35.4	2.5	1486
Nordeste	4.7	22.0	11.1	18.3	39.0	4.9	1673
Norte	4.4	30.3	14.5	20.2	26.6	3.9	612
Sudeste	3.4	27.8	13.7	18.3	33.4	3.4	18273
Sul	2.9	29.6	12.3	17.5	32.7	4.9	3759

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Até a 4ª série. ** Até a 8ª série.

Vale observar que, no casal, 3.5% dos pais e 4.0% das mães não tiveram nenhuma experiência escolar e que 41.2% e 43.3%, respectivamente, nem sequer atingiram o segundo grau. Cabe assinalar que esses dados indicam, claramente, a ocorrência de um acentuado processo de ascensão educacional intergeracional. No Nordeste nota-se um menor grau de mobilidade em relação às demais regiões.

Tabela 13

Escolaridade das Mães dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhuma	1º grau incompleto*	1º grau completo**	2º grau	Superior	SI	Total (N)
Brasil	4.0	27.5	15.8	24.5	24.5	3.7	25821
Centro-Oeste	5.3	26.2	14.6	24.5	26.9	2.5	1486
Nordeste	3.5	18.5	13.8	27.5	31.8	4.9	1667
Norte	6.2	27.1	16.3	28.7	17.6	3.9	612
Sudeste	4.1	28.2	15.9	24.5	23.8	3.4	18290
Sul	3.0	28.4	15.8	22.5	25.2	4.9	3766

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Até a 4ª série. ** Até a 8ª série.

Apesar desse processo de mudança, é possível que o ambiente cultural familiar expresse as limitações decorrentes da escolaridade dos pais. O hábito da leitura não-obrigatória, por exemplo, usualmente formado na infância e adolescência, é pouco frequente entre os estudantes.

Tabela 14
Leitura de Livros Não-escolares, durante o Último Ano, pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhum	Um a dois	Três a cinco	Seis a dez	Onze ou mais	SI	Total(N)
Brasil	10.8	28.6	32.6	13.9	10.4	3.7	25831
Centro-Oeste	10.7	27.8	32.8	14.6	11.6	2.5	1485
Nordeste	8.0	26.8	31.9	15.1	13.3	4.9	1668
Norte	9.3	22.2	33.3	19.6	11.7	3.9	613
Sudeste	11.1	29.4	32.7	13.5	9.7	3.4	18301
Sul	10.4	26.8	31.4	14.2	12.2	4.9	3764

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

De fato, um terço deles (32.6%) afirmou ler apenas entre três e cinco livros não-escolares por ano, o que significa, na melhor das hipóteses, a leitura de um livro a cada dois meses e meio. Vale assinalar que esses dados indicam uma-limitação bastante acentuada do universo cultural desses estudantes, especialmente quando se observa que a soma dos que não lêem nem um livro não-escolar por ano e dos que lêem no máximo dois desses livros chegou a 39.4% dessa população. Esses resultados, contudo, podem refletir a escassez de tempo livre dos estudantes que, na maioria, acumulavam compromissos escolares e responsabilidades profissionais.

Tabela 15
Periodicidade da Leitura de Jornais entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não lêem	Ocasionalmente	Aos domingos	Diariamente	SI	Total (N)
Brasil	1.9	35.3	18.8	47.2	3.7	25554
Centro-Oeste	2.2	41.7	7.9	45.5	2.5	1469
Nordeste	2.5	35.0	13.8	43.7	5.0	1638
Norte	2.8	36.3	15.0	41.8	3.9	605
Sudeste	1.9	35.7	12.7	46.2	3.4	18113
Sul	1.6	30.9	7.7	54.8	5.0	3729

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Os dados da Tabela 15 indicam que, embora seja reduzida a leitura de livros não-escolares, era mais generalizado o hábito da leitura diária de jornais (47.2%), compartilhado por quase metade dos estudantes. Por outro lado, observou-se que 45.0% deles não realizaram nenhuma atividade extraclasse durante o curso. Nem mesmo o estudo de línguas estrangeiras - que hoje representa um requisito básico da formação dos profissionais de nível superior - chegou a ser desenvolvido entre um número significativo de estudantes, atingindo apenas 12.7%.

Tabela 16
Atividades Extraclasse Predominantes durante o Curso entre os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhuma	Língua estrangeira	Artes	Esportes	Várias	SI	Total(N)
Brasil	45.0	12.7	3.4	15.8	19.4	3.7	25804
Centro-Oeste	44.0	10.9	3.3	18.2	21.1	2.5	1481
Nordeste	43.3	15.7	3.3	12.6	20.2	4.9	1662
Norte	48.4	13.1	2.9	13.6	17.9	3.9	609
Sudeste	45.9	12.7	3.3	15.8	18.7	3.4	18289
Sul	41.1	12.0	3.6	16.0	22.2	4.9	3763

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Apesar de ser bastante baixo o percentual de estudantes que manifestam o hábito da leitura de livros não-escolares e que desenvolvem atividades extraclasse, o comparecimento frequente à biblioteca da insti-

tuição atinge índices razoáveis (72.4%). Mesmo assim, não é uma prática totalmente difundida entre os alunos.

Tabela 17
Uso da Biblioteca pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não há biblioteca na instituição	O aluno nunca foi á biblioteca	Raramente usa porque não é importante	Raramente usa: o horário de funcionamento é inadequado	Usa freqüentemente	SI	Total (N)
Brasil	1.4	3.2	6.3	13.0	72.4	3.7	25702
Centro-Oeste	2.3	5.0	8.4	19.1	62.7	2.5	1473
Nordeste	2.5	3.5	7.5	16.0	65.6	4.9	1653
Norte	2.3	2.9	7.1	17.2	66.4	3.9	606
Sudeste	0.8	3.2	5.8	12.5	74.3	3.4	18238
Sul	3.3	2.3	6.9	11.0	71.3	5.0	3734

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Os dados indicam, finalmente, que quase todos os estudantes se encontravam matriculados em um único curso de graduação (90.6%). Esse percentual mostra-se coerente com o número de alunos que cumpriam jornadas de trabalho parciais ou integrais durante o curso (57.7%).

Tabela 18
Matrícula em Outro Curso de Graduação entre os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não está matriculado	Sim, na mesma instituição	Sim, em outra instituição	SI	Total (N)
Brasil	90.6	1.2	4.5	3.7	25793
Centro-Oeste	89.4	1.0	7.1	2.5	1483
Nordeste	82.4	3.0	9.7	4.9	1659
Norte	86.7	2.6	6.7	3.9	607
Sudeste	92.3	0.8	3.5	3.4	18277
Sul	86.8	2.3	5.9	4.9	3767

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

De acordo com a Tabela 18, entre os que estavam matriculados em outros cursos, a maior parte encontrava-se em outra instituição, e não naquela onde estava se graduando em Direito.

3. Características das Instituições onde Estudaram os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996

Esta seção explora os dados relativos às percepções dos estudantes sobre os recursos, serviços e funcionamento das instituições nas quais estavam concluindo os cursos. Em primeiro lugar, conforme indica a Tabela 19, em todo o Brasil, a maior parte dos cursos de Direito exibiu turmas bastante numerosas. O percentual de registros de turmas acima de 50 alunos em aulas teóricas chegou a 60.1%, situando-se em apenas 29.8% quando se tratava de turmas com 31 a 50 alunos.

Tabela 19
Média de Alunos por Turma nas Aulas Teóricas do Curso, segundo os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Até 15 alunos	De 16 a 30 alunos	De 31 a 50 alunos	De 51 a 70 alunos	Mais de 70 alunos	SI	Total (N)
Brasil	0.7	5.7	29.8	27.0	33.1	3.7	25723
Centro-Oeste	0.7	5.9	36.3	31.8	12.8	2.5	1479
Nordeste	1.1	11.7	52.0	20.9	9.4	4.9	1669
Norte	2.0	17.5	67.5	8.4	0.6	3.9	606
Sudeste	0.6	4.0	22.4	27.3	42.2	3.4	18205
Sul	0.4	9.1	46.5	29.4	9.6	4.9	3764

Fonte: DAES/INEP/MZC-ENC/96.

Tabela 20
Utilização de Laboratórios para Aulas Práticas no Curso, segundo os
Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não há aulas em laboratório	Não são necessárias	Raramente há aulas em laboratório	O excesso de alunos inviabiliza aulas em laboratório	Freqüentemente há aulas práticas em laboratório	SI	Total (N)
Brasil	26.5	51.0	10.2	3.0	5.6	3.7	25776
Centro-Oeste	30.1	50.7	7.6	2.7	6.2	2.5	1484
Nordeste	29.8	50.0	8.0	2.4	4.9	4.9	1670
Norte	35.0	44.6	5.8	1.6	8.8	4.0	600
Sudeste	26.7	50.7	10.3	3.3	5.5	3.4	18256
Sul	20.6	54.0	12.1	2.7	5.5	4.9	3766

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Assim, embora tenham sido majoritárias as respostas sustentando que as instituições não ofereciam aulas práticas em laboratório porque não são necessárias às disciplinas do curso (51.0%), existiram respostas indicando que esse tipo de aula não é viável porque o número médio de alunos por turma é excessivo. De qualquer forma, o percentual de indicações de que aulas práticas em laboratório são oferecidas - independentemente de serem raras ou freqüentes - resumiu-se a 15.8%.

Tabela 21
Disponibilidade de Microcomputadores no Curso, segundo os
Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não são necessários	A instituição não possui	A instituição possui. Alunos não têm acesso	São insuficientes e o horário de utilização é ruim	Suficientes e de utilização viável	SI	total (N)
Brasil	15.7	18.5	37.0	14.9	10.2	3.7	25780
Centro-Oeste	15.5	16.0	33.5	23.0	9.5	2.5	1482
Nordeste	9.6	25.8	40.8	11.6	7.3	4.9	1663
Norte	10.4	16.0	41.6	20.8	7.1	3.9	605
Sudeste-	17.9	19.9	36.9	11.7	10.0	3.4	18265
Sul	8.8	9.8	36.4	26.9	12.9	4.9	3765

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Da mesma forma, é bastante reduzido o número de estudantes que define como suficiente a quantidade de microcomputadores e a sua utilização por parte dos alunos (10.2%), que a instituição se esforçou por viabilizar. Somando-se os casos (51.9%), registrou-se que a instituição possuía microcomputadores, mas os alunos do curso não tinham acesso a eles (37.0%). Isso ocorreu, segundo os estudantes, pela insuficiência do equipamento ou pelo horário de utilização (14.9 %).

Tabela 22
Acervo da Biblioteca, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não conhece o acervo	O acesso à biblioteca é difícil	Deixa muito a desejar	Satisfaz parcialmente	Satisfaz plenamente	SI	Total (N)
Brasil	3.3	17	27.5	44.9	18.9	3.7	25813
Centro-Oeste	3.8	1.0	44.0	37.6	11.1	2.5	1481
Nordeste	2.5	2.9	44.7	35.2	9.8	4.9	1665
Norte	3.6	0.5	34.5	46.5	11.0	3.9	611
Sudeste	3.8	1.8	20.7	47.5	22.9	3.4	18284
Sul	1.5	1.3	45.8	38.5	7.8	4.9	3772

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Uma situação semelhante à anterior é a do acervo das bibliotecas das instituições. Nesse caso, apenas 18.9% sustentaram que tal acervo satisfaz plenamente, ou seja, menos de um quinto da população. Na maioria, os dados expressaram ressalvas: 27.5% consideraram que o acervo deixa a desejar e 44.9% afirmaram que só atende parcialmente às suas necessidades.

Tabela 23
Atividades Acadêmicas Não-obrigatórias Desenvolvidas durante o Curso
entre os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhuma	Iniciação científica ou tecnológica	Monitoria	Estágio em projetos de pesquisa	Extensão	SI	Total (N)
Brasil	61.7	1.2	2.5	10.1	20.8	3.7	25826
Centro-Oeste	57.5	0.8	3.2	11.5	24.5	2.5	1483
Nordeste!	58.3	1.6	2.1	10.8	22.3	4.9	1669
Norte	62.4	1.5	3.4	13.2	15.5	3.9	612
Sudeste 1	63.0	1.1	2.4	10.3	19.6	3.4	18296
Sul	57.3	1.8	2.6	8.0	25.2	4.9	3766

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Seja em virtude das limitações impostas por suas atividades profissionais simultâneas aos compromissos escolares, seja devido às insuficiências das próprias instituições, a grande maioria dos estudantes nunca desenvolveu, durante o curso de Direito, qualquer atividade acadêmica não-obrigatória (61.7%). Chama a atenção, particularmente, o percentual extremamente baixo de estudantes que realizou atividades de iniciação científica ou tecnológica (1.2%) e de monitoria (2.5%). Por outro lado, surpreendeu positivamente o percentual daqueles que se envolveram em atividades de extensão (20.8%).

Tabela 24
Serviços de Orientação Pedagógica e Psicológica Oferecidos pela Instituição,
segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não Sabe	Vinhas falhas	Pedagógica Talha. psicológica eficiente	Ambas eficientes	Pedagógica eficiente. psicológica Talha	SI	Total (N)
Brasil	44.3	31.0	1.7	10.2	9.1	3.7	25767
Centro-Oeste	41.5	36.8	1.7	8.6	8.9	2.5	1480
Nordeste;	39.5	37.5	1.1	7.8	9.2	4.9	1660
Norte	40.5	35.9	3.1	7.2	9.2	3.9	607
Sudeste	44.3	29.4	1.6	11.4	9.7	3.4	18,255
sul	47.6	32.9	1.6	6.8	6.1	4.9	-3765

Fonte: DAES/INEP/MIEC-ENC/96.

A insuficiência das atividades acadêmicas não-obrigatórias esteve acompanhada de uma outra: a da orientação dos alunos, particular, mas não estritamente, a da orientação pedagógica. De fato, os serviços de orientação pedagógica e psicológica mostraram-se tão deficientes, que 44.3% dos estudantes nem sequer se manifestaram a respeito, alegando não saber se pronunciar sobre o assunto. Entre os que expressaram opinião, 31.0% sustentaram que ambas as modalidades são falhas.

Tabela 25
Serviços de Alimentação Oferecidos pela Instituição, segundo os
Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não sabe	Não há	Deficiente	Bom e barato	Bom e caro	SI	Total (Ni)
Brasil	10.5	33.2	17.4	29.2	6.0	3.7	25811
Centro-Oeste	12.1	39.5	21.9	19.7	4.3	2.5	1486
Nordeste	12.8	39.5	17.0	17.4	8.4	4.9	1663
Norte	14.3	37.8	26.0	16.3	1.5	3.9	606
Sudeste	9.2	33.4	16.2	31.5	6.2	3.4	18292
Sul	14.4	26.0	20.3	28.8	5.5	4.9	3764

Deficiências semelhantes foram registradas quanto aos serviços de alimentação, médico, odontológico e de alojamento universitário. Nos primeiros, observam-se 29.2% de avaliações positivas. Os percentuais de satisfação caem para 5.3%, na avaliação dos serviços médico e odontológico.

Tabela 26
Serviços de Atendimento Médico e Odontológico Oferecidos pela Instituição aos Alunos,
segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não sabe	Ambos falhos	Odontológico talho, médico eficiente	Ambos eficientes	Odontológico eficiente, médico Falho	SI	Total (N)
Brasil	66.0	21.9	1.9	5.3	1.2	3.7	25719
Centro-Oeste	68.9	26.0	0.8	1.1	0.7	2.5	1472
Nordeste	62.7	27.3	1.6	2.3	1.2	4.9	1666
Norte	61.7	27.0	3.8	2.8	0.6	3.9	603
Sudeste	66.4	20.8	2.0	6.0	1.3	3.4	18222
Sul	63.8	22.6	2.1	5.2	1.2	4.9	3756

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Finalmente, para os graduandos, a situação era muito mais crítica com relação ao alojamento universitário: apenas 1.3% afirmou que o alojamento é satisfatório, independentemente do preço.

Tabela 27
Situação do Alojamento Universitário, segundo os Graduandos dos
Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Não sabe	Não há	Deficiente	Bom e barato	Bom e caro	SI	Total (N)
Brasil	23.0	67.9	17.4	1.2	0.1	3.7	25829
Centro-Oeste	19.0	68.3	8.3	1.8	0.1	2.5	1489
Nordeste	28.0	54.1	11.0	1.7	0.3	4.9	1670
Norte	25.9	61.7	6.6	1.6	0.1	3.9	608
Sudeste	21.8	70.9	2.5	1.1	0.2	3.4	18291
Sul	27.2	59.3	7.2	1.2	0.1	5.0	3771

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

4. Indicadores de Qualidade dos Cursos de Direito no Brasil, em 1996

Além das características das instituições, mencionadas na seção anterior, que podem ser utilizadas como indicadores objetivos da qualidade dos cursos, um instrumento de grande importância são as apreciações subjetivas dos estudantes. Incluem-se nas variáveis examinadas a seguir as avaliações sobre o corpo docente, o nível de exigência do curso, a experiência acadêmica como o oportunidade de desenvolvimento de capacidades e habilidades pessoais, os diversos tipos de trabalhos escritos - com avaliação - propostos no curso e as percepções sobre o programa do curso.

Conforme pode ser observado na Tabela 28, a maioria dos estudantes avaliou favoravelmente o desempenho dos professores nos diversos quesitos. As restrições observadas referem-se, em primeiro lugar, à metodologia da avaliação adotada e, em segundo, à didática utilizada, ao empenho, à assiduidade e à pontualidade dos professores. Quase três quartos (73.0%) dos estudantes consideraram que os professores exibem domínio atualizado do conteúdo das disciplinas.

Tabela 28

Avaliação dos Professores da Instituição pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996*

	Adotam didática compatível com o curso	Exibem domínio atualizado do conteúdo	Mostram empenho, assiduidade e pontualidade	Adotam metodologia de avaliação adequada
Brasil (%)	58.9	73.0	59.6	50.3
Total (N)	(25707)	(25752)	(25726)	(25694)
Centro-Oeste (%)	53.8	65.8	54.1	46.7
Total (N)	(1476)	(1476)	(1474)	(1472)
Nordeste (%)	48.5	62.5	47.0	42.7
Total (N)	(1645)	(1652)	(1649)	(1645)
Norte (%)	47.9	59.4	45.9	43.8
Total (N)	(596)	(596)	(592)	(596)
Sudeste (%)	62.1	76.4	63.3	52.4
Total (N)	(18240)	(18270)	(18254)	(18233)
Sul (%)	51.8	76.4	63.3	52.4
Total (N)	(3750)	(3758)	(3757)	(3748)

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Apenas as respostas afirmativas.

Ainda que esses percentuais de aprovação pareçam elevados, não é possível deixar de observar a sua contrapartida: as restrições à didática utilizada nas aulas e ao empenho, assiduidade e pontualidade dos professores são expressas por mais de 40.0% dos estudantes. Quase 50.0% deles registraram insatisfação com a metodologia de avaliação e mais de 25.0% consideraram que os professores não dominam satisfatoriamente os conteúdos das disciplinas.

Tabela 29

Avaliação do Nível de Exigência do Curso pelos Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	O curso deveria ter exigido mais	O curso exigiu na medida certa	O curso deveria ter exigido menos	SI	Total (N)
Brasil	58.1	35.7	2.5	3.7	25662
Centro-Oeste	67.3	28.2	2.0	2.5	1472
Nordeste	66.4	26.2	2.5	4.9	1650
Norte	66.9	26.4	2.6	4.0	598
Sudeste	54.6	39.3	2.6	3.4	18195
Sul	66.9	26.4	1.7	4.9	3747

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

É possível sugerir que as restrições expressas nessas avaliações sejam uma das causas do fato de a maioria dos graduandos de Direito registrar que o curso poderia ter exigido mais deles (58.1%). Vale observar, ainda, que apenas 46.0% consideraram que a maior contribuição do curso foi o aperfeiçoamento profissional (29.9%) e a formação teórica (16.1%). Essas foram as únicas alternativas de respostas que efetivamente indicaram resultados substantivos da experiência acadêmica.

Tabela 30

Principal Contribuição do Curso, segundo os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Diploma de nível superior	Cultura geral	Aperfeiçoamento profissional	Formação teórica	Perspectivas de ganhos materiais	SI	Total (N)
Brasil	16.1	16.7	29.9	16.1	17.5	3.7	25718
Centro-Oeste	16.7	16.6	29.5	13.7	21.0	2.5	1480
Nordeste	15.3	14.5	31.0	15.2	19.1	4.9	1658
Norte	22.4	15.6	27.8	11.1	19.0	3.9	603
Sudeste	15.8	17.0	29.9	16.7	17.0	3.4	18226
Sul	17.1	16.0	29.0	15.4	17.5	4.9	3751

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

As demais respostas, como a obtenção de um diploma de nível superior (16.1%), a aquisição de cultura geral (16.7%) e perspectivas de ganhos materiais (17.5%), não se referiram especificamente ao processo acadêmico. Elas ou têm conteúdo puramente formal e/ou poderiam ter sido obtidas por outras vias que não um curso superior de Direito.

A apreciação do desenvolvimento de habilidades e capacidades não estritamente acadêmicas, entretanto, foi mais favorável. Entre os estudantes foi bastante generalizada a percepção de que, com a experiência do curso, foram beneficiados no desenvolvimento da sua capacidade de comunicação (83.1%), espírito crítico (86.2%) e senso ético (84.9%). Percentuais um pouco menores, porém ainda elevados, registraram-se quanto à criatividade na resolução de problemas (76.6%) e à capacidade de tomar iniciativa (78.0%). O menor dos valores obtidos referiu-se à habilidade de trabalhar em equipe (64.3%).

Tabela 31
*Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades no Curso, segundo os Graduandos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996**

	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Brasil (%)	83.1	64.3	86.2	84.9	76.6	78.0
Total (N)	(25749)	(25766)	(25797)	(25792)	(25777)	(25715)
Centro-Oeste (%)	82.5	63.6	86.0	83.6	75.9	77.5
Total (N)	(1477)	(1479)	(1479)	(1477)	(1477)	(1475)
Nordeste (%)	83.3	63.8	85.8	82.3	75.0	78.8
Total (N)	(1660)	(1654)	(1664)	(1661)	(1654)	(1654)
Norte (%)	83.7	68.3	84.2	83.8	77.9	80.5
Total (N)	(596)	(597)	(598)	(597)	(598)	(595)
Sudeste (%)	83.5	64.6	86.6	86.2	77.5	78.7
Total (N)	(18265)	(18277)	(18294)	(18293)	(18288)	(18242)
Sul (%)	81.5	62.4	84.4	80.7	73.0	74.1
Total (N)	(3751)	(3759)	(3762)	(3762)	(3760)	(3749)

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Apenas as respostas afirmativas.

A insatisfação expressa na indicação dos resultados da experiência acadêmica, de um lado, e nas afirmativas de que o curso poderia ter exigido mais, de outro, talvez possa ser explicada pelo acúmulo das críticas ao desempenho docente, somadas às deficiências observadas pelos alunos no programa do curso, conforme se observa na Tabela 32 .

Tabela 32
*Apreciação, quanto ao Desenvolvimento do Programa do Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996**

	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Brasil (%)	78.2	66.7	77.9	87.9
Total (N)	(25766)	(25746)	(25755)	(25753)
Centro-Oeste (%)	78.4	71.2	82.7	89.3
Total (N)	(1478)	(1475)	(1476)	(1474)
Nordeste (%)	79.1	71.6	80.8	88.6
Total (N)	(1653)	(1649)	(1647)	(1648)
Norte (%)	73.6	66.5	77.2	86.4
Total (N)	(592)	(592)	(597)	(592)
Sudeste (%)	78.2	64.7	76.3	87.6
Total (N)	(18280)	(18270)	(18272)	(18279)
Sul (%)	78.6	72.2	82.2	88.4
Total (N)	(3763)	(3760)	(3763)	(3760)

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Apenas as respostas afirmativas.

De fato, 78.2% sustentaram que existem disciplinas mal dimensionadas, com muita matéria e pouco tempo de desenvolvimento. Um percentual igualmente expressivo (66.7%) de alunos registrou a existência de disciplinas que deveriam ser eliminadas do programa e ter seu conteúdo incorporado a outras. Os graduandos criticaram, também, o fluxo de disciplinas: 77.9% entenderam que algumas disciplinas deveriam mudar de posição no desenvolvimento do programa. Finalmente, os estudantes exibiram uma tendência à inovação: 87.9% sustentaram que outras disciplinas deveriam ser incorporadas ao programa.

O exame dos tipos de trabalhos escritos, com avaliação, propostos durante o curso, indicou a oferta de experiências bem diversificadas, porém nem sempre generalizadas em toda a população.

Observou-se um predomínio de elaboração de peças (81.2%), problemas propostos com pesquisa sobre a legislação e a jurisprudência (73.3%) e respostas a questionários (68.5%), simultaneamente a percentuais bem mais reduzidos de trabalhos como monografias sobre conteúdos não completamente desenvolvidos (37.1%), relatórios sobre seminários (46.8%) e relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público (38.2%). Além disso, é relevante o fato de que apenas metade dos estudantes chegou a elaborar relatórios sobre experiências práticas simuladas, tanto de audiências como de júris.

Tabela 33
*Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos no Curso, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996**

	Mono- grafias	Relatório sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre Legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de Peças	Relatórios de visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios de visitas a órgãos do Ministério Público
Brasil (%)	37.1	46.8	68.5	73.3	54.9	50.9	81.2	58.8	38.2
Total (N)	(25598)	(25697)	(25770)	(25780)	(25772)	(25765)	(25775)	(25774)	(25729)
Centro-Oeste (%)	35.3	45.5	66.2	69.7	62.3	51.5	75.4	67.9	38.8
Total (N)	(1464)	(1471)	(1477)	(1476)	(1475)	(1471)	(1476)	(1476)	(1470)
Nordeste (%)	27.2	38.9	65.3	63.5	45.9	46.7	63.0	48.8	30.1
Total (N)	(1639)	(1653)	(1660)	(1663)	(1655)	(1655)	(1659)	(1658)	(1644)
Norte (%)	36.4	51.1	61.3	64.4	53.4	49.5	69.5	48.2	32.2
Total (N)	(593)	(593)	(598)	(594)	(597)	(596)	(597)	(595)	(596)
Sudeste(%)	38.1	48.9	69.3	74.3	55.9	52.0	83.6	60.3	40.8
Total (N)	(18160)	(18221)	(18275)	(18280)	(18280)	(18281)	(18281)	(18278)	(18259)
Sul (%)	37.6	39.6	67.8	75.2	51.3	47.3	81.5	53.6	29.6
Total (N)	(3742)	(3759)	(3760)	(3767)	(3765)	(3762)	(3762)	(3767)	(3760)

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

* Apenas as respostas afirmativas.

5. Perspectivas

Finalmente, o exame das perspectivas para depois do curso, no que se refere aos estudos, indicou que é reduzido o percentual daqueles que desejavam encerrar definitivamente as atividades acadêmicas (4.6%).

Tabela 34
Perspectivas de Estudo, após o Curso, entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Nenhum outro curso	Atualização e aperfeiçoamento	Outro curso de graduação	Pós- graduação na área	Pós- graduação em outra área	SI	Total (N)
Brasil	4.6	41.0	8.3	40.6	1.8	3.7	25743
Centro-Oeste	5.2	39.6	8.8	42.0	1.9	2.5	1477
Nordeste	5.6	37.4	6.6	43.6	1.9	4.9	1657
Norte	6.1	31.5	6.4	50.5	1.3	3.9	603
Sudeste	4.5	41.9	8.7	39.6	1.8	3.4	18246
Sul	4.2	39.6	7.4	42.0	1.7	4.9	3760

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Em contrapartida, observou-se acentuada demanda por cursos de atualização e aperfeiçoamento (41.0%) e por cursos de mestrado e doutorado na área (40.6%), o que pode sugerir tanto uma expectativa de superar eventuais lacunas de formação, como o interesse efetivo de desenvolvimento futuro na área.

Tabela 35
Perspectivas de Exercício Profissional entre os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil e Regiões, em 1996 (%)

	Empregar-se na área	Empregar-se em outra área	Continuar empregado na mesma organização	Continuar trabalhando em negócio próprio	Montar negócio próprio	SI	Total (N)
Brasil	50.3	2.3	18.0	7.0	18.7	3.7	25732
Centro-Oeste	52.0	2.6	17.3	6.9	18.7	2.5	1477
Nordeste	56.8	2.1	12.6	5.6	18.0	4.9	1659
Norte	56.0	2.5	12.9	3.6	20.9	3.9	605
Sudeste	49.9	2.4	18.6	7.2	18.4	3.4	18240
Sul	46.6	2.2	18.5	7.8	19.8	4.9	3751

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Quanto ao futuro profissional, predominaram as expectativas de emprego na área (50.3%). Entretanto, o grupo que manifestou interesse em manter-se empregado na mesma organização na qual já desempenhava atividades profissionais (18.0%) foi equivalente ao grupo que exibiu a expectativa de montar negócio próprio e tornar-se independente após o curso (18.7%).

PARTE II
OS CURSOS DE
DIREITO
NO BRASIL E AS
INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR

O objetivo da Parte II é apresentar variações no perfil dos graduandos dos cursos de Direito no Brasil, com base na diferenciação das instituições nas quais realizaram os seus cursos (daqui por diante referidas como IES). Basicamente, as IES distinguem-se quanto à dependência - federais, estaduais, municipais ou particulares - e quanto à natureza - universidades, federações, faculdades integradas e faculdades isoladas. Os dados que seguem representam as respostas a um questionário apresentado a 2.145 estudantes de IES federais; 1.237 de IES estaduais; 1.625 de IES municipais; e 20.825 de IES particulares. Quanto à natureza das instituições, a distribuição foi a seguinte: 14.558 estudantes de universidades; 147 de federações; 2.820 de faculdades integradas e 8.307 de faculdades isoladas.

Conforme pode ser observado na Tabela 36, ao contrário do que pretende o senso comum, não eram as IES federais que abrigavam o maior número de estudantes com renda mais elevada. O maior percentual de estudantes com renda acima de R\$ 2.200,00 (50.0%) concentrou-se nas IES estaduais, seguindo-se as IES particulares (46.1%) e, em terceiro lugar, as federais (44.0%). As IES municipais, com 40.5% de estudantes com renda mensal acima de R\$ 2.200,00, apresentaram, também, o maior percentual de estudantes na faixa de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.200,00.

O exame de outros indicadores de poder aquisitivo mostrou que as IES municipais e particulares agregavam os maiores percentuais de estudantes possuidores de carro ou motocicleta (38.4% e 38.0%, respectivamente), ficando as IES federais com 32.9% e as estaduais com apenas 28.3%. Em contrapartida, nestas últimas encontrou-se a maior proporção de estudantes que possuíam microcomputador em ambiente doméstico (49.6%), ficando as demais IES com valores bastante similares entre si.

Tabela 36
Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil,
por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda ate K\$ 1.100,00	Renda entre R\$1.101,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcom- putador em casa
Dependência							
Federais	24.0	25.8	44.0	23.4	26.1	32.9	44.2
Estaduais	22.8	25.1	50.0	23.0	30.5	28.3	49.6
Municipais	24.9	29.3	40.5	13.1	49.2	38.4	42.4
Particulares	22.5	28.0	46.1	18.2	43.0	38.0	43.3
Natureza							
Universidades	21.5	26.3	47.6	19.9	37.2	37.4	45.5
Federações	24.1	34.5	32.4	15.7	47.9	29.2	42.2
Faculdades Integradas	23.7	28.3	44.1	19.4	43.4	40.9	40.1
Faculdades Isoladas	24.6	29.8	43.4	16.0	48.0	35.7	41.4

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Ao focalizar a distribuição da renda dos estudantes segundo a natureza das IES, constatou-se que as universidades exibiram a maior proporção daqueles que dispunham de renda mais alta (47.6%), mas não se distinguiram, decisivamente, diante das populações das faculdades integradas (44.1%) e das faculdades isoladas (43.4%). A diferença localizou-se, na realidade, entre esses três tipos de IES, por um lado, e as federações, por outro. Nessas instituições estava o maior percentual de estudantes na faixa entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.200,00 (34.5%), ficando em segundo lugar o grupo que auferia mais de R\$ 2.200,00 (32.4%).

Praticamente não se registraram diferenças relevantes entre as universidades, as faculdades integradas e as faculdades isoladas quanto ao percentual de estudantes proprietários de veículos automotivos (entre 40.9% e 35.7%). A distinção, novamente, ocorreu em relação às federações, onde esse percentual foi de apenas 29.2%. Quanto à disponibilidade de microcomputadores em ambiente doméstico, os diversos tipos de IES apresentaram variações de até 6.0% entre as suas populações de graduandos, cabendo o maior índice às universidades (45.5%).

A respeito desses percentuais, vale assinalar que não são suficientes para caracterizar clivagens entre populações privilegiadas e desprivilegiadas conforme os diferentes tipos de IES, pelo menos quando são focalizados os alunos que estavam concluindo o curso de graduação. Na verdade, os valores observados

indicaram que, em todos os tipos de IES, a maioria dos graduandos exibe um padrão de vida bastante confortável.

Diversas hipóteses podem ser levantadas para explicar esses dados. É possível conjecturar, por exemplo, que esse padrão socioeconômico decorra do fato de que, em todos os tipos de IES, mais de 75.0% dos estudantes contribuíam para a composição do orçamento familiar, desempenhando atividades remuneradas, seja em jornadas parciais, seja em horário integral. De fato, mesmo nas IES federais e estaduais, onde se encontravam os maiores percentuais de estudantes que se dedicavam integralmente aos estudos, apenas cerca de 23.0% não trabalhavam.

O exame desse indicador, segundo a natureza das instituições, mostrou que as universidades e as faculdades integradas é que possuíam em seu corpo discente o maior número de graduandos em dedicação exclusiva (cerca de 19.0%), com pequenas variações percentuais em relação às federações e às faculdades isoladas.

Conforme mostram os dados da Tabela 37, mais da metade dos graduandos das IES estaduais (55.5%) e metade daqueles matriculados nas federais (49.9%) vieram de escolas privadas de 2º grau. Em seguida estão os estudantes das IES particulares (44.4%), com pequena diferença em relação às federais. A distinção significativa ocorreu entre as anteriores e as IES municipais, onde o percentual de estudantes provenientes da rede pública de 2º grau (37.6%) foi um pouco maior do que a proporção dos que concluíram o 2º grau em escolas particulares (35,6%).

Sob a perspectiva da natureza das instituições, foi possível constatar que, nas universidades (47.2%), faculdades integradas (44.1%) e faculdades isoladas (41.0%), os percentuais de estudantes provenientes de escolas secundárias privadas foram mais elevados do que nas federações. Nestas, a maior proporção de alunos originava-se das escolas públicas (42.5%).

Vale assinalar que esses dados permitiram levantar objeções à suposição de que os estudantes das camadas desprivilegiadas estudariam o 2º grau nas escolas públicas e só conseguiriam ingressar nas IES particulares, enquanto o inverso ocorreria com os estudantes das camadas favorecidas. Os dados mostraram claramente que, com exceção das IES municipais e das federações, em todos os demais tipos de IES predominaram estudantes que cursaram o 2º grau em escolas privadas.

Tabela 37
Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil,
por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não- escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	27.2	49.9	41.4	30.8	53.5	45.2	18.2
Estaduais	26.8	55.5	44.1	35.0	57.1	48.4	23.3
Municipais	37.6	35.6	29.2	17.2	61.0	42.7	11.2
Particulares	31.6	44.4	32.5	23.8	62.2	47.6	11.6
Natureza							
Universidades	29.4	47.2	35.9	26.3	60.0	47.3	14.1
Federações	42.5	30.1	25.8	20.4	58.2	36.0	12.3
Faculdades Integradas	30.5	44.1	32.8	25.5	60.8	48.6	10.8
Faculdades Isoladas	34.9	41.0	30.0	21.0	63.3	46.6	10.9

Fonte: DAES/MEP/MEC-ENC/96.

Ao transferir o foco para o nível de escolaridade dos pais e das mães dos estudantes, constatou-se que as IES estaduais abrigavam os maiores percentuais de graduandos cujos pais (44.1%) e mães (35.0%) possuíam instrução superior. As federais vieram em seguida, com 41.4% e 30.8%, respectivamente. Uma distância de cerca de dez pontos percentuais, a menos, caracterizou a população de graduandos de Direito das IES particulares quanto à escolaridade superior de seus pais (32.5%) e mães (23.8%). Novamente, o padrão menos favorecido coube às IES municipais, onde os pais de 29.2% e as mães de 17.2% dos estudantes possuíam escolaridade superior.

Quando se trata da natureza das instituições, a situação observada nas IES municipais parece encontrar similaridade nas federações, onde apenas 25.8% dos pais e 20.4% das mães dos estudantes possuíam educação superior. Quanto aos demais tipos de IES, os percentuais encontrados aproximaram-se, com variações em torno de 5%.

A análise dos hábitos de leitura dos estudantes dos diferentes tipos de IES indicou que as IES particulares e as municipais agregavam os maiores percentuais de alunos que liam até cinco livros não-escolares por ano (62.2% e 61.0%, respectivamente). A maior diferença ocorreu com relação às IES federais, nas quais somente 53.5% dos graduandos afirmaram ler até cinco livros não-escolares por ano. Já o hábito de leitura diária de jornais não exibiu grandes variações, oscilando de 48.4% entre os estudantes das IES estaduais até 42.7% das municipais.

As diferenças tornaram-se ainda mais reduzidas na análise desses dois hábitos de leitura quando considerada a natureza das instituições. O único dado que chamou a atenção foi o menor percentual de estudantes que liam jornal diariamente, entre a população de graduandos dos cursos de Direito oferecidos pelas federações (36.0%).

Vale assinalar que esses índices são extremamente baixos, indicando um universo cultural bastante modesto entre os graduandos de Direito em todos os tipos de instituição. Esse quadro se reforça com o exame do estudo de língua estrangeira que, nas IES estaduais, atingiu o mais alto percentual (23.3%), seguindo-se as federais (18.2%). Ou seja, os percentuais mais elevados de estudantes que aprendiam língua estrangeira não chegavam a superar um quarto do total da população - e não foram observadas variações significativas, qualquer que seja a dependência ou a natureza das IES.

Tabela 38
Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil,
por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas com até 50 alunos, em média	Turmas com mais de 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	53.8	69.7	30.3	4.5	6.7	7.5	5.2
Estaduais	54.7	52.2	47.8	3.0	15.4	21.7	7.7
Municipais	64.8	35.3	64.7	7.5	3.6	13.4	7.0
Particulares	62.5	30.9	69.1	5.7	10.7	20.3	11.2
Natureza							
Universidades	59.2	42.4	57.6	5.2	12.9	18.0	10.8
Federações	55.8	10.3	89.7	0.7	-	5.5	3.4
Faculdades Integradas	61.9	32.9	67.1	7.4	16.4	21.4	9.9
Faculdades Isoladas	65.6	24.5	75.5	5.8	3.4	19.7	9.5

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Os dados da Tabela 38 trazem informações adicionais que reforçam esse quadro. Em todos os tipos de instituição os graduandos de Direito, em sua maioria, não desenvolveram nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória. Ou seja, o amplo leque de opções composto por oportunidades de monitoria, extensão, estágio em projetos de pesquisa e iniciação científica não foi explorado por mais da metade dos estudantes das IES federais (53.8%), estaduais (54.7%), quase dois terços das IES particulares (62.5%) e municipais (64.8%). Os resultados se mantiveram, quando se focalizou a natureza das instituições.

Cabe indagar se a causa dessas lacunas está nas restrições de tempo livre dos estudantes ou se ela resulta de deficiências das instituições. Embora os dados sobre o desempenho de atividades remuneradas favoreçam a primeira hipótese; é possível que o problema seja consequência de um conjunto de causas mais complexas, no qual as deficiências das instituições cumprem importante papel.

Nesse sentido, um dos indicadores a ser utilizado é o tamanho médio das turmas, já que o excesso de alunos multiplica as dificuldades humanas e materiais das instituições para prover oportunidades de atividades acadêmicas variadas a todos eles.

Segundo as indicações dos estudantes, as IES federais possuíam o menor percentual de turmas maiores que 50 alunos (30.3%), seguindo-se as estaduais (47.8%). Já nas IES municipais, esse percentual subia para 64.7%, atingindo 69.1% nas particulares. Distinguindo-se as instituições quanto à natureza, tem-se que nas federações predominaram as turmas acima de 50 alunos (89.7%), seguindo-se as faculdades isoladas (75.5%) e as faculdades integradas (67.1%). As universidades exibiram o menor percentual de indicações de turmas superiores a 50 alunos em aulas teóricas (57.6%).

Considerando os demais indicadores constantes da Tabela 38 e tomando como ângulo a dependência das instituições, os dados revelaram resultados insuficientes em todas elas. Entretanto, é possível identificar, por assim dizer, duas faixas de deficiência. As IES estaduais e particulares situaram-se, conforme as informações dos estudantes, em uma faixa um pouco menos crítica do que aquela na qual se encontram as IES municipais e federais, cabendo a pior situação a estas últimas. O exame baseado na natureza das instituições indicou a mesma situação de generalizada precariedade de recursos e serviços, com os piores resultados concentrados nas federações e as menores deficiências localizadas nas universidades.

Tabela 39
Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito no Brasil, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exigido mais do aluno	O curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	51.8	65.3	38.4	44.9	62.8	24.4	20.6
Estaduais	54.7	71.8	47.4	51.3	63.3	24.6	27.2
Municipais	52.0	71.2	58.2	43.0	62.2	31.2	15.2
Particulares	60.4	74.0	62.6	51.3	57.0	30.6	15.1
Natureza							
Universidades	58.3	71.6	55.0	51.2	60.8	28.7	17.3
Federações	47.9	68.0	37.7	34.7	70.0	29.2	11.5
Faculdades Integradas	57.1	70.2	59.8	48.5	59.9	28.2	13.8
Faculdades Isoladas	60.7	76.5	68.0	49.5	52.6	32.4	15.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Os indicadores de qualidade dos cursos, apresentados na Tabela 39, permitiram especular sobre uma associação entre a avaliação do desempenho docente e as apreciações dos estudantes quanto ao nível de exigência dos seus cursos. Recorrendo-se à média dos quesitos de avaliação dos professores, observou-se que, quanto mais cai esse valor médio de um tipo de IES para outro, mais cresce o percentual de estudantes que acreditavam que os seus cursos deveriam ter exigido mais deles próprios. Trata-se de um dado significativo, ainda que não seja possível traçar curvas perfeitas.

Examinando substantivamente os resultados encontrados, um fato que surpreende é o de que os mais baixos índices de aprovação do desempenho docente foram dados pelos estudantes das IES federais - com destaque para o quesito empenho, assiduidade e pontualidade dos professores. Seguem-se as IES estaduais e municipais, com percentuais equivalentes. E situam-se entre as IES particulares os maiores percentuais de estudantes que avaliaram positivamente o desempenho dos professores. Essas mesmas instituições reuniam os menores percentuais de estudantes que sustentaram que! seus cursos deveriam ter exigido mais deles próprios (57.0%).

Focalizando a questão sob a ótica da natureza das instituições, verifica-se que as federações exibiram o pior dos resultados quanto às avaliações do desempenho docente e correspondentes percentuais de estudantes que expressam a frustração das suas expectativas quanto ao nível de exigência do curso (70.0%). Ao contrário do que usualmente se supõe, as melhores avaliações do corpo docente não foram encontradas entre os estudantes das universidades, mas sim entre aqueles matriculados nas faculdades isoladas, cujos graduandos são os que expressam o menor percentual da insatisfação com o nível de exigência do curso (52.6%).

O exame dos tipos de trabalhos propostos, com avaliação, nos cursos de Direito (Tabela 40), aponta dois resultados. Focalizadas as distinções segundo a dependência das instituições, as IES federais e estaduais exibiram deficiências similares na proposição de relatórios de audiências simuladas, de júris simulados e de visitas aos órgãos do Ministério Público - itens nos quais as IES municipais e as particulares apresentaram resultados mais satisfatórios. Entretanto, estes dois últimos tipos de IES mostraram maiores deficiências na proposição de trabalhos monográficos e de relatórios sobre seminários. Deslocando-se o exame para a natureza das instituições, o único padrão identificável foi a regularidade das deficiências apontadas pelos estudantes das federações, cujo percentual médio de indicação de trabalhos propostos limitou-se a 39.6%.

Tabela 40
Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito, no Brasil, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Mono-grafias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionário)	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	42.2	52.2	68.4	75.8	45.1	38.2	77.8	55.2	25.7
Estaduais	45.4	51.3	66.6	76.4	37.1	40.0	71.4	40.7	22.2
Municipais	28.3	44.0	64.4	75.0	54.5	49.1	79.0	59.0	35.4
Particular	36.8	46.2	69.0	72.7	57.0	53.0	82.3	60.2	40.7
Natureza									
Universidades	40.0	51.3	68.8	73.1	55.3	51.5	80.9	59.9	38.9
Federações	25.2	33.3	55.5	80.3	20.5	39.5	69.4	19.7	13.6
Faculdades Integradas	41.2	42.4	68.3	72.0	55.0	47.5	76.7	68.2	46.5
Faculdades Isoladas	31.0	40.8	68.0	73.9	55.0	51.2	83.5	54.3	34.6

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Finalmente, a Tabela 41 proporciona informações cruciais sobre os programas dos cursos de Direito e confirma as deficiências que vinham se delineando até esse ponto da análise. Há duas informações relevantes nos dados desta Tabela. Em primeiro lugar, são muito elevados os percentuais de estudantes que indicaram haver disciplinas mal dimensionadas e mal localizadas no fluxo do programa dos seus cursos, bem como disciplinas que deveriam ser eliminadas e ter o seu conteúdo integrado a outras. São também elevados os percentuais de alunos que propuseram a inclusão de novas disciplinas aos programas dos cursos. Em segundo lugar, e talvez mais importante, não se registraram diferenças entre as instituições - quanto à natureza ou quanto à dependência - nas posições de crítica dos seus graduandos aos programas dos cursos.

Tabela 41
Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso pelos Graduandos de Direito,
no Brasil, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Há disciplinas mai dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	74.0	64.1	76.8	85.5
Estaduais	79.9	62.9	79.5	87.4
Municipais	79.4	66.7	79.1	88.4
Particulares	78.5	67.2	77.8	88.1
Natureza				
Universidades	77.2	66.6	77.5	86.5
Federações	78.9	47.6	70.0	87.0
Faculdades Integradas	80.1	71.3	81.0	87.7
Faculdades Isoladas	79.3	65.7	77.6	90.3

Fonte: DAES/JNEP/MEC-ENC/96.

ANEXO I

VARIAÇÕES DOS ATRIBUTOS POR DEPENDÊNCIA E NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES

Cursos de Direito Região Norte

Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda até R\$ 1.100,00	Renda entre R\$1.101,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$ 2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcomputador em casa
Dependência							
Federais	25.0	29.2	39.3	13.5	37.3	41.6	36.0
Municipais	44.6	33.9	17.8	17.8	46.4	50.0	14.5
Particulares	27.7	24.4	47.1	22.0	28.2	41.4	38.3
Natureza							
Universidades	23.9	26.7	44.9	17.2	31.4	41.4	38.5
Faculdades Isoladas	47.5	32.7	17.8	18.0	50.0	46.5	17.1

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	Escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não-escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	34.2	38.4	26.3	15.6	51.3	41.4	15.0
Municipais	35.7	37.5	3.6	3.6	64.3	25.0	3.6
Particulares	24.8	51.2	32.1	23.3	58.7	46.1	13.0
Natureza							
Universidades	29.3	45.8	30.8	20.3	53.1	44.7	13.6
Faculdades Isoladas	36.6	31.7	4.9	3.9	67.3	27.0	10.9

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas entre 16 e 30 alunos, em média	Turmas entre 31 e 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	61.3	23.7	63.5	2.7	6.3	5.9	4.3
Municipais	60.0	1.8	65.4	55.6	1.8	7.1	14.3
Particulares	64.4	13.3	72.9	6.2	9.3	18.0	9.3
Natureza							
Universidades	62.3	20.3	66.0	3.2	7.1	9.4	5.9
Faculdades Isoladas	63.0	3.0	74.7	37.4	7.0	18.8	13.8

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exigido mais do aluno	O curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	45.9	59.6	33.1	41.0	64.8	24.6	13.3
Municipais	54.5	62.5	79.6	55.3	48.2	49.0	9.0
Particulares	49.0	58.3	54.4	44.6	73.8	27.1	8.9
Natureza							
Universidades	44.1	55.8	38.7	39.8	69.0	25.0	11.9
Faculdades	67.0	77.0	81.8	63.4	56.4	42.0	7.0
Isoladas							

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades durante o Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Dependência						
Federais	84.5	65.0	82.4	80.3	78.6	79.8
Municipais	85.4	78.1	83.9	89.3	85.7	87.3
Particulares	82.3	70.2	86.7	85.0	75.3	79.8
Natureza						
Universidades	82.4	65.2	83.3	81.0	75.4	78.4
Faculdades	90.0	84.0	89.1	93.0	90.1	91.0
Isoladas						

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito, na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Monografias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	35.2	46.1	65.5	71.7	42.5	35.8	74.2	46.7	30.5
Municipais	78.6	89.3	66.0	78.6	83.9	96.4	94.6	49.0	37.5
Particulares	28.0	48.3	55.1	52.3	60.0	55.6	57.8	50.0	33.0
Natureza									
Universidades	32.1	43.9	58.1	61.7	46.4	41.0	65.1	46.9	29.0
Faculdades	57.4	86.1	ll.l	78.2	88.2	91.0	91.0	55.0	47.5
Isoladas									

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

*Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso pelos Graduandos de Direito,
na Região Norte, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)*

Instituições	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	73.4	62.6	72.6	83.2
Municipais	70.9	69.6	83.9	83.9
Particulares	74.6	70.7	81.4	91.2
Natureza				
Universidades	75.0	66.6	78.2	86.3
Faculdades Isoladas	67.0	66.3	72.3	87.1

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Cursos de Direito - Região Nordeste

Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda até K\$ 1.100,00	Renda entre R\$1.101,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcomputador em casa
Dependência							
Federais	25.0	24.5	37.1	26.7	20.8	37.4	37.9
Estaduais	45.9	31.9	19.0	35.4	27.2	30.5	23,1
Particulares	23.7	26.3	47.8	20.3	32.8	47.4	43.0
Natureza							
Universidades	20.5	24.6	52.6	18.0	33.9	56.9	38.9
Faculdades Integradas	23.9	24.7	49.0	14.7	44.7	56.1	38.5
Faculdades Isoladas	27.0	30.0	39.9	14.6	48.3	51.4	38.2

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	Escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não-escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	16.6	56.9	39.0	31.9	56.0	38.4	20.8
Estaduais	22.5	50.0	18.0	17.8	56.8	35.9	11.6
Particulares	16.9	64.6	42.7	34.4	59.9	46.9	14.6
Natureza							
Universidades	19.6	60.2	42.5	31.8	61.2	45.5	15.3
Faculdades Integradas	30.0	43.4	34.0	25.0	62.1	45.1	9.2
Faculdades Isoladas	34.0	35.4	25.4	21.1	56.9	46.1	5.7

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas entre 16 e 30 alunos, em média	Turmas entre 31 e 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	51.0	18.8	56.0	2.5	2.3	3.5	4.9
Estaduais	62.8	19.7	69.1	8.0	2.0	0.5	4.5
Particulares	60.0	7.6	47.4	5.2	10.1	13.8	9.5
Natureza							
Universidades	56.1	4.8	26.8	7.7	7.5	4.9	5.2
Faculdades Integradas	58.1	1.6	27.2	2.7	14.2	20.5	8.8
Faculdades Isoladas	58.4	13.8	65.0	8.5	6.3	8.5	13.8

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exibido mais do aluno	() curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	44.2	53.8	35.9	41.0	59.5	21.1	18.1
Estaduais	47.5	60.6	41.9	45.7	71.6	34.9	12.7
Particulares	50.3	66.0	52.0	42.8	67.7	33.8	14.6
Natureza							
Universidades	45.4	55.9	42.9	34.0	80.7	25.9	13.8
Faculdades Integradas	55.5	71.5	58.3	50.1	58.6	29.8	13.9
Faculdades Isoladas	65.4	74.6	66.7	63.2	56.7	35.0	13.4

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades, durante o Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Dependência						
Federais	76.2	55.6	80.5	73.1	67.0	71.3
Estaduais	91.9	75.7	92.5	88.9	84.8	86.9
Particulares	84.3	64.7	86.5	84.5	76.2	80.0
Natureza						
Universidades	80.9	57.6	84.6	79.1	71.4	74.2
Faculdades Integradas	82.2	65.9	85.4	85.6	75.6	77.0
Faculdades Isoladas	85.7	70.4	89.0	88.3	83.8	83.5

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Monografias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	38.3	42.9	58.5	63.3	42.9	39.6	63.0	52.3	29.9
Estaduais	16.8	43.4	72.6	66.0	45.0	45.5	59.9	42.1	29.6
Particulares	25.0	36.7	66.5	63.1	47.2	49.6	63.6	48.8	30.4
Natureza									
Universidades	27.1	42.8	62.1	66.5	59.4	41.8	72.7	58.1	30.2
Faculdades Integradas	31.7	42.8	62.1	66.5	59.4	41.8	72.7	58.1	30.2
Faculdades Isoladas	53.6	53.8	71.6	71.0	71.8	60.9	78.4	78.3	49.2

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso, pelos Graduandos de Direito na Região Nordeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	70.3	61.0	71.4	76.6
Estaduais	78.3	62.1	79.8	92.4
Particulares	82.5	77.3	84.4	92.2
Natureza				
Universidades	78.5	75.3	87.7	91.5
Faculdades Integradas	81.1	69.3	83.1	88.8
Faculdades Isoladas	74.6	67.2	73.9	86.3

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Cursos de Direito - Região Sudeste

Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda até R\$ 1.100,00	Renda entre R\$1.101,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$ 2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcomputador em casa
Dependência							
Federais	23.8	26.9	44.6	26.0	23.8	25.3	46.0
Estaduais	13.6	20.0	64.4	16.8	28.8	27.4	56.9
Municipais	22.9	30.5	45.0	13.9	52.4	40.3	42.9
Particulares	21.7	28.3	46.5	18.7	43.8	35.7	44.0
Natureza							
Universidades	19.1	26.5	50.3	20.0	38.7	35.6	47.5
Federações	24.8	35.4	31.8	12.3	50.9	28.0	44.1
Faculdades Integradas	23.9	29.7	41.8	21.1	44.3	36.9	39.5
Faculdades Isoladas	23.9	29.3	44.5	16.4	47.5	34.3	42.2

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	Escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não-escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	27.0	51.8	42.8	28.6	54.0	45.2	19.1
Estaduais	22.5	64.2	55.1	45.3	55.3	55.9	28.7
Municipais	42.7	35.2	32.8	19.7	64.2	42.3	12.3
Particulares	33.0	42.8	32.0	22.8	63.0	46.1	11.7
Natureza							
Universidades	30.6	46.4	36.1	25.8	61.2	45.7	14.5
Federações	48.7	29.2	26.3	18.4	63.1	35.9	13.3
Faculdades Integradas	32.4	41.7	31.1	24.3	60.7	49.0	10.3
Faculdades Isoladas	35.5	40.8	30.7	21.1	64.0	46.4	11.1

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas entre 16 e 30 alunos, em média	Turmas entre 31 e 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	56.7	11.9	58.2	4.9	4.9	6.1	5.3
Estaduais	53.5	12.6	23.2	18	25.9	36.7	9.4
Municipais	69.4	2.0	13.6	3.1	0.9	18.0	7.6
Particulares	63.4	3.0	21.1	5.9	10.2	23.4	12.0
Natureza							
Universidades	60.3	4.9	26.8	5.1	14.4	24.3	13.4
Federações	50.9	-	3.5	0.9	.	7.0	4.4
Faculdades	64.3	5.3	19.2	8.2	16.2	25.1	10.7
Faculdades Isoladas	66.4	2.6	18.1	5.5	3.2	20.8	9.1

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exigido mais do aluno	O curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	49.8	67.5	32.7	42.8	63.9	24.5	20.3
Estaduais	64.4	85.4	53.2	56.8	57.0	20.8	37.1
Municipais	55.6	79.0	63.6	44.3	59.9	30.0	18.1
Particulares	63.0	76.3	65.2	53.2	53.7	30.7	15.6
Natureza							
Universidades	64.3	77.5	59.8	56.7	55.8	29.1	18.5
Federações	50.0	70.2	42.1	35.0	67.5	27.2	13.1
Faculdades Integradas	56.8	69.5	59.8	47.5	61.2	24.4	13.3
Faculdades Isoladas	61.0	77.0	68.8	48.6	51.2	32.0	15.4

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades, durante o Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Dependência						
Federais	79.0	56.6	82.5	76.0	71.0	74.7
Estaduais	85.4	56.1	89.5	87.7	77.3	76.6
Municipais	85.3	61.9	90.9	90.0	78.1	79.0
Particulares	83.5	65.5	86.5	86.5	77.8	79.0
Natureza						
Universidades	83.8	65.4	86.6	86.0	78.0	79.2
Federações	63.1	55.3	85.9	83.2	71.9	71.0
Faculdades Integradas	80.6	63.9	84.3	83.8	74.0	76.0
Faculdades Isoladas	84.2	64.0	87.3	87.2	78.0	78.9

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito, na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Monografias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	36.8	55.8	71.9	78.6	50.2	41.9	84.8	65.0	25.7
Estaduais	56.6	59.8	62.5	79.9	31.3	35.1	67.5	40.5	21.0
Municipais	32.8	39.7	61.7	77.1	48.2	43.3	79.0	53.8	33.3
Particular	37.7	48.8	70.0	73.7	57.8	53.8	84.6	61.4	43.0
Natureza									
Universidades	43.2	58.0	71.2	75.4	58.8	55.4	84.2	66.0	45.6
Federações	24.6	36.8	48.7	84.2	13.3	38.6	70.2	11.4	10.5
Faculdades Integradas	43.7	40.7	68.4	71.2	54.5	44.7	77.4	67.5	49.9
Faculdades Isoladas	30.5	39.9	67.6	73.6	53.5	49.8	84.8	52.2	33.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

*Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso pelos Graduandos de Direito
na Região Sudeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)*

Instituições	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	77.4	68.9	80.7	89.0
Estaduais	78.2	56.3	75.7	83.9
Municipais	83.7	64.5	79.3	91.8
Particulares	77.9	65.0	76.0	87.5
Natureza				
Universidades	76.8	63.9	75.3	85.8
Federações	80.7	44.7	67.5	89.5
Faculdades Integradas	78.8	70.3	78.7	86.3
Faculdades Isoladas	79.8	64.8	77.3	90.3

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Cursos de Direito - Região Sul

Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda até R\$ 1.100,00	Renda entre R\$1.101,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcomputador em casa
Dependência							
Federais	23.0	24.7	49.0	25.3	26.0	29.8	52.6
Estaduais	28.3	31.5	38.2	28.5	36.0	28.9	50.0
Municipais	25.1	26.2	36.1	10.7	43.5	35.4	46.4
Particulares	26.4	27.8	41.8	15.3	44.6	38.5	41.0
Natureza							
Universidades	26.0	27.0	41.6	18.2	39.1	35.6	44.4
Faculdades Integradas	22.2	22.3	53.0	10.2	40.3	35.2	48.3
Faculdades Isoladas	28.1	35.8	35.8	11.1	63.5	41.8	37.9

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	Escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não-escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	32.0	48.0	49.4	42.1	52.5	55.3	17.0
Estaduais	37.8	41.3	36.7	23.9	61.0	40.2	19.2
Municipais	28.0	37.4	26.7	14.7	55.0	44.9	10.4
Particulares	32.1	43.3	30.2	24.5	59.6	58.9	10.4
Natureza							
Universidades	32.2	33.1	25.9	57.9	54.3	12.0	
Faculdades Integradas	28.2	47.8	32.7	24.1	58.6	58.6	13.8
Faculdades Isoladas	32.9	43.9	28.2	19.3	61.7	57.0	11.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas entre 16 e 30 alunos, em média	Turmas entre 31 e 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	48.0	9.7	47.7	5.1	15.5	15.0	5.4
Estaduais	52.5	9.0	55.4	2.3	2.0	3.5	6.2
Municipais	58.2	11.3	54.0	9.3	8.0	5.7	3.9
Particulares	59.5	8.5	43.3	5.2	15.0	7.6	7.8
Natureza							
Universidades	56.7	9.7	47.5	5.5	13.7	7.8	6.7
Faculdades Integradas	50.5	2.4	59.2	8.0	14.2	9.5	5.2
Faculdades Isoladas	68.0	7.3	28.1	3.7	4.3	6.7	8.3

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96

Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exigido mais do aluno	O curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	63.9	74.9	51.2	53.0	60.3	24.6	28.9
Estaduais	39.1	50.6	38.8	43.4	71.5	26.5	15.0
Municipais	44.0	57.3	45.0	37.5	68.0	30.7	10.7
Particulares	53.0	68.6	55.3	46.3	67.2	29.8	13.9
Natureza							
Universidades	51.5	65.1	50.5	44.8	67.4	28.5	15.7
Faculdades Integradas	57.8	74.3	66.3	48.1	50.9	34.3	15.2
Faculdades Isoladas	50.7	70.4	55.2	51.2	72.5	30.4	12.3

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades, durante o Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (<%)

Instituições	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Dependência						
Federais	82.3	57.9	85.3	79.3	77.5	75.8
Estaduais	85.6	61.7	87.2	84.0	75.5	78.2
Municipais	111	65.4	76.8	76.0	69.0	70.1
Particulares	81.6	62.8	85.5	81.6	72.7	74.1
Natureza						
Universidades	80.5	60.9	83.5	79.4	72.3	73.2
Faculdades Integradas	86.3	72.0	89.6	83.4	73.9	80.0
Faculdades Isoladas	88.6	71.5	89.3	91.8	80.2	79.4

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito, na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Monografias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	57.0	53.0	70.0	85.5	36.4	31.1	83.4	45.2	19.9
Estaduais	38.8	38.4	71.7	75.2	44.4	46.6	86.2	40.4	20.7
Municipais	14.4	46.7	69.4	70.9	62.1	53.7	77.4	68.3	36.9
Particular	38.8	35.6	66.4	74.2	52.7	49.6	81.4	53.8	31.2
Natureza									
Universidades	37.3	38.8	66.7	73.5	48.9	45.9	80.9	48.2	25.9
Faculdades Integradas	69.0	52.1	74.9	84.8	66.7	48.3	88.6	94.3	45.5
Faculdades Isoladas	20.2	39.4	73.9	86.6	64.6	64.3	82.6	81.0	55.8

Fonte: DAES/INEP/IMEC-ENC/96

*Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso pelos Graduandos de Direito,
na Região Sul, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)*

Instituições	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	72.2	61.8	<i>11.1</i>	88.3
Estaduais	84.2	77.0	86.9	91.8
Municipais	73.5	70.5	79.6	82.9
Particulares	80.1	73.9	82.9	89.2
Natureza				
Universidades	77.9	70.5	81.0	87.7
Faculdades Integradas	86.2	84.3	90.9	90.0
Faculdades Isoladas	80.2	81.4	88.1	94.8

Fonte: DAES/INEPMEC-ENC/96.

Cursos de Direito - Região Centro-Oeste

Atributos Socioeconômicos dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Renda até R\$1.100,00	Renda entre R\$1.100,00 e R\$2.200,00	Renda acima de R\$2.201,00	Não trabalhavam durante o curso	Trabalhavam 40 horas semanais ou mais	Possuem transporte próprio	Possuem microcomputador em casa
Dependência							
Federais	23.4	20.2	53.0	16.9	28.9	50.9	45.0
Municipais	50.0	34.3	9.4	19.3	51.6	9.4	9.4
Particulares	22.6	26.5	48.6	15.8	42.5	56.9	38.5
Natureza							
Universidades	27.2	24.0	42.6	25.9	24.9	43.6	40.5
Federações	21.9	31.2	34.4	28.1	37.5	33.3	35.5
Faculdades Integradas	23.0	30.4	44.3	24.0	35.3	45.3	40.9
Faculdades Isoladas	27.5	33.7	37.6	12.6	42.7	39.6	34.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos Socioculturais dos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Ensino de 2º grau todo público	Ensino de 2º grau todo privado	Escolaridade paterna superior	Escolaridade materna superior	Leitura de até 5 livros não-escolares por ano	Leitura diária de jornais	Estudo de língua estrangeira
Dependência							
Federais	25.8	54.0	48.4	36.7	53.1	40.6	17.7
Municipais	43.7	15.6	3.1	3.1	53.0	50.0	3.1
Particulares	26.4	48.5	34.5	26.2	61.5	46.2	10.2
Natureza							
Universidades	16.5	61.7	40.6	31.6	59.5	42.7	17.0
Federações	21.2	33.3	24.2	27.3	45.4	36.3	9.0
Faculdades Integradas	17.5	62.8	44.2	37.3	61.0	43.2	15.7
Faculdades Isoladas	21.5	60.0	28.6	28.6	54.2	48.6	10.8

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Atributos das Instituições, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Nenhuma atividade acadêmica não-obrigatória	Turmas entre 16 e 30 alunos, em média	Turmas entre 31 e 50 alunos, em média	Utilização freqüente de laboratório para aulas práticas	Uso adequado e suficiente de microcomputador pelos alunos	Acervo da biblioteca plenamente satisfatório	Orientação pedagógica e psicológica eficiente
Dependência							
Federais	50.0	12.1	46.5	8.2	2.5	5.1	7.0
Municipais	43.7	59.4	31.2	31.2	18.7	9.7	25.0
Particulares	58.6	3.8	35.2	5.3	10.4	11.9	8.3
Natureza							
Universidades	58.7	13.3	56.9	4.4	4.7	8.3	6.8
Federações	72.7	-	33.3	-	-	-	-
Faculdades Integradas	61.3	15.5	70.7	10.2	26.5	3.1	10.2
Faculdades Isoladas	51.5	2.3	16.7	3.0	3.5	23.0	11.2

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Indicadores de Qualidade dos Cursos, segundo os Graduandos dos Cursos de Direito na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Professores adotam didática compatível	Professores exibem domínio atualizado do conteúdo	Professores exibem empenho, assiduidade, pontualidade	Professores adotam metodologia de avaliação adequada	O curso deveria ter exigido mais do aluno	O curso contribuiu para o aperfeiçoamento profissional	O curso contribuiu para a formação teórica
Dependência							
Federais	59.6	67.9	48.7	50.9	69.5	31.7	18.2
Municipais	71.9	75.0	78.1	75.0	64.5	46.9	12.5
Particulares	52.6	65.4	54.2	45.5	67.0	28.9	13.3
Natureza							
Universidades	43.9	58.8	42.7	40.1	68.5	28.9	16.4
Federações	40.6	60.6	21.9	33.3	78.8	36.6	6.0
Faculdades Integradas	63.2	69.7	56.8	53.6	60.4	32.9	15.7
Faculdades Isoladas	56.9	72.7	60.8	46.1	59.6	37.2	10.8

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Avaliação do Desenvolvimento de Habilidades durante o Curso, pelos Graduandos dos Cursos de Direito na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Capacidade de comunicação	Trabalho em equipe	Espírito crítico	Senso ético	Criatividade	Iniciativa
Dependência						
Federais	84.6	57.8	87.7	83.0	76.6	75.5
Municipais	93.7	87.5	90.6	90.6	90.6	93.7
Particulares	82.0	63.7	85.7	83.5	75.4	77.3
Natureza						
Universidades	81.8	61.5	85.0	80.5	72.8	77.3
Federações	72.7	57.6	78.8	72.7	71.9	75.7
Faculdades Integradas	89.1	71.3	88.7	86.9	78.3	84.6
Faculdades Isoladas	86.1	68.5	87.7	87.7	82.7	81.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

Tipos de Trabalhos Escritos, com Avaliação, Propostos nos Cursos, segundo os Graduandos de Direito, na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)

Instituições	Monografias	Relatórios sobre seminários	Respostas a questionários	Pesquisa sobre legislação e jurisprudência	Relatórios sobre audiências simuladas	Relatórios sobre júris simulados	Elaboração de peças	Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário	Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público
Dependência									
Federais	51.3	67.3	76.5	73.7	55.2	41.2	71.9	60.1	23.7
Municipais	31.2	87.5	62.5	71.9	71.9	71.9	84.4	84.4	71.9
Particulares	33.5	41.9	65.1	69.3	63.0	52.2	75.6	68.4	38.8
Natureza									
Universidades	32.0	40.3	63.8	62.7	47.1	46.7	65.7	51.7	31.7
Federações	27.4	21.2	79.8	66.7	45.4	42.4	66.7	48.5	24.2
Faculdades Integradas	15.5	46.6	76.5	64.5	38.7	50.2	61.0	41.2	28.9
Faculdades Isoladas	16.3	28.7	61.0	65.8	46.9	44.3	52.5	42.7	25.4

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

*Apreciação do Desenvolvimento do Programa do Curso, pelos Graduandos de Direito,
na Região Centro-Oeste, por Dependência e Natureza das Instituições, em 1996 (%)*

Instituições	Há disciplinas mal dimensionadas	Há disciplinas que deveriam ser eliminadas	Há disciplinas que deveriam mudar de posição no fluxo do programa	Há disciplinas que deveriam ser incorporadas ao programa
Dependência				
Federais	73.8	57.2	76.9	86.7
Municipais	62.5	65.6	56.2	84.4
Particulares	79.3	73.0	84.0	89.7
Natureza				
Universidades	78.8	72.6	79.7	86.7
Federações	72.7	57.6	78.8	78.8
Faculdades Integradas	83.2	72.7	86.8	94.6
Faculdades Isoladas	78.0	68.3	80.8	93.0

Fonte: DAES/INEP/MEC-ENC/96.

ANEXO II
QUESTIONÁRIO
SOCIOECONÔMICO
E CULTURAL

DADOS PESSOAIS

2. Estado Civil:

- (a) solteiro.
- (b) casado.
- (c) separado/desquitado.
- (d) divorciado.
- (e) outros.

3. Quantos irmãos você tem?

- (a) Nenhum.
- (b) Um.
- (c) Dois.
- (d) Três.
- (e) Quatro ou mais.

4. Quantos filhos você tem?

- (a) Nenhum.
- (b) Um.
- (c) Dois.
- (d) Três.
- (e) Quatro ou mais.

5. Durante a maior parte do tempo em que freqüentou o curso superior, você morou:

- (a) com os pais e/ou outros parentes.
- (b) com esposa(o) e filho(s).
- (c) com amigos.
- (d) em alojamento universitário.
- (e) sozinho.

6. Você calcula que a renda mensal da sua família seja:

- (a) até R\$ 350,00.
- (b) de R\$351,00 a R\$ 1.100,00.
- (c) de R\$ 1.101,00 a R\$ 2.200,00.
- (d) de R\$ 2.201,00 a R\$ 5.500,00.
- (e) mais de R\$ 5.500,00.

7. O grau de escolaridade do seu pai é:

- (a) nenhuma escolaridade.
- (b) primeiro grau incompleto (até a 4ª série).
- (c) primeiro grau completo (até a 8ª série).
- (d) segundo grau.
- (e) superior.

8. O grau de escolaridade da sua mãe é:

- (a) nenhuma escolaridade.
- (b) primeiro grau incompleto (até a 4ª série).
- (c) primeiro grau completo (até a 8ª série).
- (d) segundo grau.
- (e) superior.

9. O meio de transporte mais utilizado por você para chegar à sua instituição é:

- (a) carro ou motocicleta próprios.
- (b) carro dos pais.
- (c) carona com amigos e vizinhos.
- (d) transporte coletivo (ônibus, trem, metrô).
- (e) outro.

10. Existe microcomputador em sua casa?

- (a) Sim.
- (b) Não.

11. Durante a maior parte do seu curso, qual era a carga horária aproximada de sua atividade remunerada?

- (a) Não exercia atividade remunerada.
- (b) Tempo parcial - até 20 horas semanais.
- (c) Tempo parcial - mais de 20 horas e menos de 40 horas semanais.
- (d) Tempo integral - 40 horas semanais ou mais.

12. Nos últimos doze meses, quantos livros você leu, excetuando-se os livros escolares?

- (a) Nenhum.
- (b) De 1 a 2.
- (c) De 3 a 5.
- (d) De 6 a 10.
- (e) 11 ou mais.

13. Você costuma ler jornais?

- (a) Não.
- (b) Ocasionalmente.
- (c) Todos os domingos.
- (d) Diariamente.

FORMAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

14. Você freqüentou o ensino de segundo grau:

- (a) todo em escola pública.
- (b) todo em escola privada.
- (c) maior parte em escola pública.
- (d) maior parte em escola privada.

15. Qual foi o tipo de curso de segundo grau que você concluiu?

- (a) Comum ou da Educação Geral, no ensino regular.
- (b) Técnico (Eletrônica, Contabilidade, Agrícola, etc.) no ensino regular.
- (c) Magistério de Primeira a Quarta Séries (Curso Normal), no ensino regular.
- (d) Curso de 2º grau supletivo.
- (e) Outro curso.

CURSO DE GRADUAÇÃO

16. Destaque uma entre as atividades acadêmicas que você desenvolveu durante o período da realização do curso além daquelas obrigatórias.

- (a) Nenhuma.
- (b) Programa de iniciação científica ou tecnológica (bolsa PET/PAD da CAPES, CNPq).
- (c) Monitoria.
- (d) Estágio em Projetos de Pesquisa.
- (e) Atividades de extensão.

17. Que atividade(s) extraclasse você desenvolveu, preponderantemente, durante o período da realização do curso?

- (a) Nenhuma.
- (b) Estudo de línguas estrangeiras.
- (c) Atividades artísticas diversas.
- (d) Atividades desportivas.
- (e) Mais de uma das atividades acima.

18. Você obteve algum tipo de bolsa de estudo para custeio das despesas do curso?

- (a) Não.
- (b) Crédito Educativo (Caixa Econômica Federal).
- (c) Bolsa integral oferecida pela Instituição.
- (d) Bolsa parcial ou desconto nas anuidades.
- (e) Bolsa oferecida por entidades externas (empresas, organismos de apoio ao estudante).

19. Durante este curso você esteve ou está matriculado em outro curso de graduação?

- (a) Não.
- (b) Sim, nesta mesma Instituição.
- (c) Sim, em outra Instituição.

20. Durante a maior parte do seu curso de graduação, considerando-se apenas as aulas teóricas, o número médio de alunos por turma (sala) foi:

- (a) menor ou igual a 15 alunos.
- (b) entre 16 e 30 alunos.
- (c) entre 31 e 50 alunos.
- (d) entre 51 e 70 alunos.
- (e) mais de 70 alunos.

21. Quanto à utilização de laboratórios no seu curso, você diria que:

- (a) a Instituição não oferece aulas práticas em laboratório.
- (b) as disciplinas do curso não necessitam do uso de laboratório.
- (c) raramente realiza aulas práticas em laboratório.
- (d) raramente realiza aulas práticas em laboratório porque o número médio de alunos por turma é excessivo.
- (e) freqüentemente realiza aulas práticas em laboratório.

22. Quanto à utilização de microcomputadores em seu curso, você diria que:

- (a) o seu curso e/ou você não necessita(m) da utilização de microcomputadores.
- (b) a Instituição não possui microcomputadores.
- (c) a Instituição possui microcomputadores, mas os alunos deste curso não têm acesso a eles.
- (d) o acesso aos microcomputadores é limitado pela insuficiência de equipamento ou pelo horário de utilização.
- (e) a Instituição possui um número suficiente deles e se esforça para viabilizar a sua utilização.

23. Quanto à utilização da Biblioteca em sua Instituição, você diria que:

- (a) a Instituição não tem Biblioteca.
- (b) você nunca foi à Biblioteca.
- (c) raramente você vai à Biblioteca porque não é importante.
- (d) raramente você vai à Biblioteca porque seu horário de funcionamento não é satisfatório.
- (e) freqüentemente você usa a Biblioteca.

24. Quanto ao acervo da Biblioteca de sua Instituição, você diria que:

- (a) não o conhece.
- (b) o acesso à Biblioteca não é facilitado.
- (c) deixa muito a desejar.
- (d) satisfaz parcialmente.
- (e) satisfaz plenamente.

CONSIDERANDO OS ITENS DE 25 A 28, QUE TIPOS DE SERVIÇOS SUA INSTITUIÇÃO OFERECE, EM RELAÇÃO:

25. À alimentação?

- (a) Não sei.
- (b) Não há refeitório.
- (c) Deficiente.
- (d) Boa qualidade a preços razoáveis.
- (e) Boa qualidade a preços exorbitantes.

26. À orientação pedagógica e psicológica?

- (a) Não sei.
- (b) Pedagógica e psicológica falhas.
- (c) Pedagógica falha e psicológica eficiente.
- (d) Pedagógica e psicológica eficientes.
- (e) Pedagógica eficiente e psicológica falha.

27. Ao atendimento médico e/ou odontológico a alunos?

- (a) Não sei.
- (b) Médico e odontológico falhos.
- (c) Odontológico falho e médico eficiente.
- (d) Médico e odontológico eficientes.
- (e) Médico falho e odontológico eficiente.

28. Ao alojamento para estudantes?

- (a) Não sei.
- (b) Não há alojamento.
- (c) Deficiente.
- (d) Boa qualidade a preços razoáveis.
- (e) Boa qualidade a preços exorbitantes.

TOMANDO POR BASE A SUA VIVÊNCIA DURANTE O CURSO, RESPONDA ÀS QUESTÕES DE 29 A 34.

A MAIORIA DOS PROFESSORES DAS DISCIPLINAS:

29. Adota prática didática compatível com o curso?

- (a) Sim. (b) Não.

30. Demonstra domínio atualizado do conteúdo?

- (a) Sim. (b) Não.

31. Manifesta empenho, assiduidade e pontualidade?

- (a) Sim. (b) Não.

32. Adota metodologia de avaliação de aprendizagem adequada?

- (a) Sim. (b) Não.

33. Você considera que o seu curso:

- (a) deveria ter exigido mais de você.
- (b) exigiu de você na medida certa.
- (c) deveria ter exigido menos de você.

34. Você considera a maior contribuição do curso que está concluindo:

- (a) a obtenção de diploma de nível superior.
- (b) a aquisição de cultura geral.
- (c) o aperfeiçoamento profissional.
- (d) a formação teórica.
- (e) as melhores perspectivas de ganhos materiais.

ALÉM DAS HABILIDADES ACADÊMICAS VOCÊ ENTENDE QUE FOI BENEFICIADO PELO CURSO PORQUE ESTE FAVORECEU O DESENVOLVIMENTO DE SEU(SUA):

35. Capacidade de comunicação?

- (a) Sim. (b) Não.

36. Habilidade de trabalhar em equipe?

- (a) Sim. (b) Não.

37. Espírito crítico?

- (a) Sim. (b) Não.

38. Senso ético?

- (a) Sim. (b) Não.

39. Criatividade na resolução de problemas?

- (a) Sim. (b) Não.

40. Capacidade de tomar iniciativa?

- (a) Sim. (b) Não.

PERSPECTIVAS PARA DEPOIS DO CURSO

41. Quanto aos estudos, após a conclusão deste curso, você gostaria de:

- (a) não fazer nenhum outro curso.
- (b) fazer cursos de atualização e aperfeiçoamento.
- (c) fazer outro curso de graduação.
- (d) fazer curso de mestrado e/ou doutorado na mesma área.
- (e) fazer curso de mestrado e/ou doutorado em outra área.

42. Quanto ao exercício profissional, após a conclusão deste curso, você pretende:

- (a) procurar um emprego na área.
- (b) procurar um emprego em outra área.
- (c) continuar empregado na mesma organização onde está agora.
- (d) continuar participando de negócio próprio.
- (e) montar um negócio próprio.

NO DECORRER DE SEU CURSO DE DIREITO, QUE TIPO DE TRABALHOS ESCRITOS, COM AVALIAÇÃO, FORAM PROPOSTOS:

43. Monografias sobre conteúdos não completamente desenvolvidos

- (a) Sim. (b) Não.

44. Relatórios sobre seminários

- (a) Sim. (b) Não.

45. Respostas a questionários

- (a) Sim. (b) Não.

46. Solução para problemas propostos com pesquisa sobre a legislação e a jurisprudência

- (a) Sim. (b) Não.

47. Relatórios sobre audiências simuladas

- (a) Sim. (b) Não.

48. Relatórios sobre júris simulados

- (a) Sim. (b) Não.

49. Elaboração de peças

- (a) Sim. (b) Não.

50. Relatórios sobre visitas a órgãos do Poder Judiciário

- (a) Sim. (b) Não.

51. Relatórios sobre visitas a órgãos do Ministério Público

- (a) Sim. (b) Não.

TOMANDO POR BASE A SUA VIVÊNCIA ESCOLAR, COMO VOCÊ SE POSICIONA A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DO CURSO QUE ESTÁ CONCLUINDO:

52. Alguns cursos estão mal dimensionados (muita matéria e pouco tempo para o desenvolvimento)

- (a) Sim. (b) Não.

53. Há cursos que deveriam ser eliminados do programa e seu conteúdo integrado em outros

- (a) Sim. (b) Não.

54. Há cursos que deveriam mudar de posição no desenvolvimento do programa

- (a) Sim. (b) Não.

55. Há cursos que deveriam ser incorporados no programa

- (a) Sim. (b) Não.

**Ministério
da Educação
e do Desporto**



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
DAES - Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior
SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50
Brasília - DF - CEP 70200-670
Telefones: (061) 242-5333 - Fax: (061) 242-9799
E-mail: dacq@inep.gov.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)